



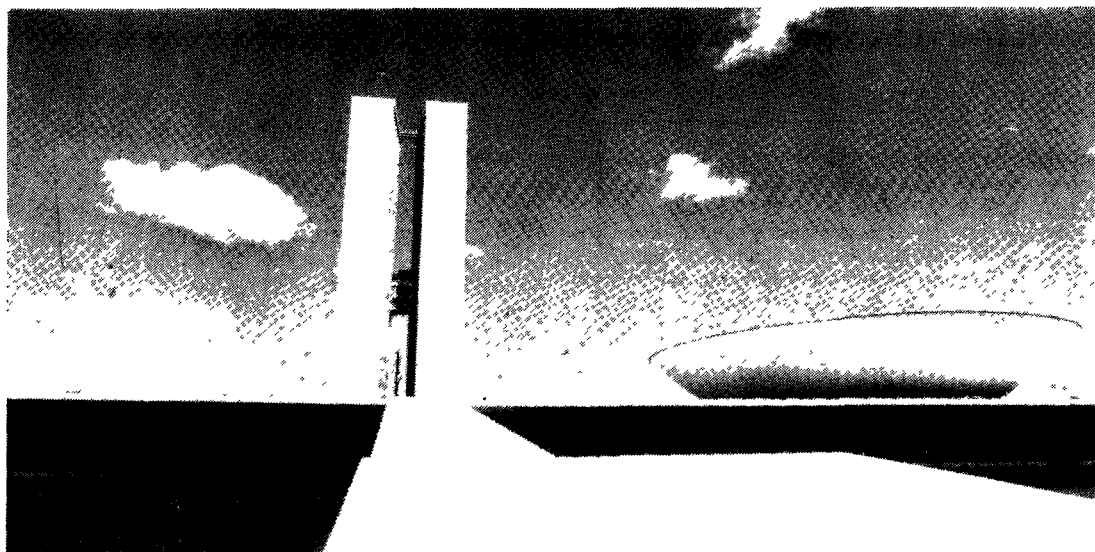
República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXVIII — Nº 015

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 1983



CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 33.^a SESSÃO CONJUNTA, EM 23 DE MARÇO DE 1983

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO RAIMUNDO LEITE — Notícia veiculada na Imprensa, de encontro dos Deputados do PDS com o Ministro do Trabalho, para tratar de assunto relacionado à reforma da lei salarial.

DEPUTADO ADAIL VETTORAZZO — União dos Deputados representantes de São Paulo, em torno da defesa dos interesses das populações da 8.^a Região Administrativa daquele Estado.

DEPUTADO MENDONÇA FALCÃO — Rebate às críticas feitas pelo Sr. Nildo Mazini, através da Imprensa, ao Sr. Ministro do Planejamento. Debate radiofônico realizado através da Rádio Bandeirantes, entre os jornalistas Joelmir Beting, Salomão Ésper,

Alberto Tamer e José Paulo de Andrade com o Ministro Delfim Netto, no programa "Gente".

DEPUTADO SÉRGIO CRUZ — Considerações sobre recente mensagem enviada ao Congresso Nacional pelo Senhor Presidente da República, que regulamenta o voto distrital para as próximas eleições.

DEPUTADO THEODORICO FERRAÇO — Considerações sobre a reforma da lei salarial.

DEPUTADO ELQUISSON SOARES — Sucessão presidencial.

DEPUTADO JOÃO GILBERTO — Situação difícil por que passa a Universidade Federal de Santa Maria-RS.

DEPUTADO JORGE ARBAGE — Decreto Presidencial que altera a lei salarial.

DEPUTADO EGÍDIO FERREIRA LIMA — Considerações sobre o discurso do orador que o antecedeu na tribuna.

DEPUTADO EDISON LOBÃO, como Líder — Análise

ao discurso do orador que o antecedeu na tribuna.

DEPUTADO EGÍDIO FERREIRA LIMA — Colocação sobre o discurso do orador que o precedeu na tribuna.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Resultado do julgamento do Jornalista José Carlos de Assis, do Jornal "Folha de S. Paulo".

DEPUTADO EDISON LOBÃO — Resposta ao discurso pronunciado pelo Deputado Egídio Ferreira Lima, na presente sessão.

DEPUTADO NILSON ALVES — Reivindicações de colônias de pescadores do Rio Grande do Sul.

DEPUTADO JOÃO FAUSTINO — Medidas que se fazem necessárias ao combate à seca no Estado do Rio Grande do Norte.

DEPUTADO JORGE CARONE — Reforma da lei salarial.

DEPUTADO CARDOSO ALVES — Considerações sobre declarações atribuídas ao Se-

Ata da 33.^a Sessão Conjunta, em 23 de março de 1983

1.^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47.^a Legislatura

Presidência do Sr. Moacyr Dalla

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevair Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Nilo Coelho — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Alvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Artur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Valdo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athaide — PMDB;

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

MARCOS VIEIRA

Diretor Executivo

FRANCISCO OLÍMPIO PEREIRA MARÇAL

Diretor Industrial

GERALDO FREIRE DE BRITO

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00
 Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

nador Fernando Henrique Cardoso, publicadas em órgão da imprensa, sobre emprego, que ensejaram críticas caluniosas ao Governador Franco Montoro.

DEPUTADO SAMIR ACHÓA — Necessidade de uma maior fiscalização por parte da CONARP às clínicas médicas particulares.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Inclusão em Ordem do Dia, em regime de urgência, do Projeto de Lei n.º 33, de 1982-CN, em virtude de não ter sido apreciado no prazo estabelecido.

1.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição n.º 48/82, que dispõe sobre a aposentadoria dos Servidores Policiais sob o regime estatutário e da Consolidação das Leis do Trabalho aos vinte e cinco anos de serviço, acrescentando dizeres ao art. 165 do texto constitucional no seu item XX. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum.

1.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.5 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 34.ª SESSÃO CONJUNTA, EM 23 DE MARÇO DE 1983

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO IVO VANDERLINDE — Restrição imposta pelo Governo às Cooperativas,

no concernente à obtenção de crédito para aquisição dos produtos amparados pela política de preços mínimos.

DEPUTADO RENATO VIANNA — Dívidas dos Estados em decorrência de empréstimos externos.

DEPUTADO HERÁCLITO FORTES — Apelo à Sr.ª Ministra da Educação em favor da Universidade Federal do Piauí.

DEPUTADO DIONÍSIO HAGE — Defesa da extinção do imposto de exportação da pimenta-do-reino.

DEPUTADO CIRO NOGUEIRA — Apelo às autoridades constituídas, no sentido da ampliação da frente de trabalho no Estado do Piauí, em face da seca que assola aquela região.

DEPUTADO ADAIL VETTORAZZO — Apelo recebido de vereadores de São José do Rio Preto-SP, no sentido da criação e instalação da Segunda Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho, naquela cidade.

DEPUTADO JESSÉ FREIRE — Propósitos que animam S. Ex.ª no desempenho de seu mandato como representante do Rio Grande do Norte.

DEPUTADO RUBENS ARDENGHI — Reivindicações da Associação Comercial e Industrial-RS, referentes a problemas sociais daquela cidade.

DEPUTADO MARCONDES PEREIRA — Abaixo-assinado recebido de todos os sindicatos da cidade de São José dos Campos-SP, pela rejeição do decreto-lei que altera a lei salarial.

2.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição n.º 49/82, que dá nova

redação ao § 4.º, acrescenta parágrafos e renumera os atuais §§ 5.º e 6.º do art. 144 da Constituição Federal, dispondo sobre os vencimentos da magistratura. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum, após parecer proferido pelo Sr. Israel Pinheiro Filho.

2.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.5 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 35.ª SESSÃO CONJUNTA, EM 23 DE MARÇO DE 1983

3.1 — ABERTURA

3.2 — EXPEDIENTE

3.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO DENISAR ARNEIRO — Apelo no sentido da ultimização de projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados, que torna obrigatória a instalação de tacógrafos nos veículos automotores de transporte de carga e de passageiros.

DEPUTADO JORGE UEQUED — Considerações sobre o Decreto-lei n.º 2.012, que altera a lei salarial.

DEPUTADO EDUARDO GALIL — Reparos ao pronunciamento de seu antecessor na tribuna.

3.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo n.º 1/83-CN, em regime de urgência, que aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.950, de 14 de julho de 1982, que isenta do imposto de renda os ganhos auferidos por pessoas físicas em operações com imó-

Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brábo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jaime Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathan Nunes — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Manoel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Moisés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Adaauto Pereira — PDS; Aloísio Campos — PMDB; Alvaro Gaudêncio — PDS; An-

veis, estimula a capitalização das pessoas jurídicas e dá outras providências. **Aprovado.** A promulgação.

— Projeto de Lei n.º 33/82-CN, em regime de urgência, que cria o Registro Na-

cional de Transportes Rodoviários de Bens, fixa condições para o exercício da atividade, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

3.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

3.5 — ENCERRAMENTO

tônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raimundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiúza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; Fernando Collor — PDS; José Thomaz Nonó — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Ana — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Félix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Argilano Dario — PMDB; Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Luiz Baptista — PMDB; Max Mauro — PMDB; Mirthes Bevilacqua — PMDB; Pedro Geolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Aguiinaldo Timótheo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Aildo Teles — PDT; Bocayúva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Júlio Caruso — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leonidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PMDB; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castenjon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emilio Gallo — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro Filho — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Aparecido — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oscar Corrêa — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Ozanan Coelho — PDS; Paulino Cicero de Vasconcelos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior —

PTB; Felipe Cheidde — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gasthone Righi — PTB; Glória Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; Ivete Vargas — PTB; João Bastos Soares — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoino — PT; Maluly Neto — PDS; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Bote'ho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Codo — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goias

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro da Silva — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio de Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Feraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Molletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Ita'lo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Maurício Fruet — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walter Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Cacildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Viana — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zanetti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélcio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadir Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clark Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 65 Srs. Senadores e 469 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Samir Achôa. (Ausente.)

Concedo a palavra ao nobre Deputado Raimundo Leite.

O SR. RAIMUNDO LEITE (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, os jornais de hoje noticiam o encontro dos Deputados do PDS — portanto, do Partido do Governo — com o Sr. Murillo Macedo, Ministro do Trabalho. Segundo a imprensa e o próprio Líder do PDS, Deputado Nelson Marchezan, tal encontro se destina a encaminhar, através do Partido do Governo, a discussão do Decreto-lei n.º 2.012, que já se encontra nesta Casa e que trata da reforma da lei salarial.

Foi com surpresa, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que tomamos conhecimento da declaração do Sr. Ministro do Trabalho. Os Deputados do PDS devem ter ouvido, cabisbaixos — quem sabe? — numa incontável manifestação de humildade, aquilo que, no meu entender, se apresenta como uma ameaça velada ao Congresso Nacional, para não dizer a postulação de uma verdadeira chantagem.

Diz o Sr. Ministro que, se, eventualmente, o Congresso Nacional vier a rejeitar o Decreto-lei n.º 2.012, não restará ao Governo outra atitude a não ser pôr fim à semestralidade.

Ora, Sr. Presidente, quando o Governo fala em harmonia e trégua, não têm sentido manifestações dessa natureza, impondo ao Congresso a decisão que mais deverá agradar ao Governo. É necessário que as oposições, aqui representadas na sua maioria, tomem posição, para que não se perpetre esse verdadeiro crime. É preciso que este Congresso levante a cabeça e diga não aos propósitos do Governo, quando, na consecução dos seus interesses, propõe inclusive a própria humilhação deste Poder, cuja História, pelos vultos que por aqui passaram, de maneira alguma permite seja ferido ou humilhado.

Sr. Presidente, a par desse pronunciamento do Sr. Ministro do Trabalho, outro fato

realmente entristecedor para todos nós, do Congresso Nacional, principalmente para a classe trabalhadora: o Sr. Presidente da República, General João Baptista de Oliveira Figueiredo, ontem se recusou a receber a Comissão Nacional Pró-CUT, que pretendia entregar a S. Ex.^a um abaixo-assinado com cerca de 500 mil assinaturas. Mais uma vez, o Sr. Presidente da República, demonstrando que não se dá bem com o cheiro do povo, se recusa a receber aquela Comissão e, em consequência, também o referido abaixo-assinado. Vê-se, pois, que junto ao Governo o povo não tem vez, principalmente a classe trabalhadora, hoje sofrida e maltratada, com os baixos salários e com o desemprego que campeiam por este Brasil afora.

Srs. Congressistas, é preciso que tomemos uma posição firme, no sentido de que os propósitos do Governo — que, às vezes, como é o caso presente, vêm em forma de desafio — não tenham vez e que o Congresso saia de tudo isso altaneiro, defensor que é das causas populares e dos interesses da Nação brasileira.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adail Vettorazzo.

O SR. ADAIL VETTORAZZO (PDS — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, sempre defendi a filosofia — se assim puder chamar — de que, passados os ardores de uma campanha, devam confraternizar-se na luta por objetivos comuns os até então adversários do pleito. É exatamente o que estão fazendo nesta Casa ilustres Deputados de São Paulo, em especial da 8.^a Região Administrativa do Estado. Quero referir-me ao nobre Deputado Roberto Rollemberg que, há poucos dias, aqui chegou para ocupar uma das cadeiras deste plenário e sabemos com que brilhantismo o fará. Também está conosco, irmanado nesse ideal, outro companheiro, do PMDB, Octacílio Alves de Almeida, que pensa da mesma forma e que vem também defender, além dos postulados do seu partido, a comunidade que representamos mais especificamente. Esse trio de Deputados tem o privilégio e a honra de representar mais de 85 Municípios de São Paulo.

E hoje viemos, exatamente, nesta comunicação, dar ciência de que recebemos da Câmara Municipal de São José do Rio Preto, assinado pela maioria dos Srs. Vereadores e de autoria do ilustre Vereador Rubens Malvino, um requerimento de implantação e pavimentação de uma estrada vicinal ligando aquela cidade ao Município de Altair através do Distrito de Talhado. Já no dia de ontem encaminhamos ao atual Secretário dos Transportes de São Paulo, ilustre Deputado Mário Covas, um expediente em que o alertamos de que já existe concluído no DER de São Paulo, um projeto para a implantação dessa estrada e, inclusive, recursos constam do orçamento de São Paulo para execução das obras pretendidas.

Dai por que, Sr. Presidente, ao encerrarmos este breve pronunciamento, queríamos mais uma vez, registrar a honra e a satisfação com que defendemos o Estado de São Paulo e este País.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Com a palavra o nobre Deputado Mendonça Falcão.

O SR. MENDONÇA FALCÃO (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, desejaria, ao ocupar a tribuna desta Casa, pela vez primeira, falar sobre assuntos mais importantes, mas, por circunstâncias que

ocorrem na vida cotidiana de cada um, não será assim. Deparei hoje, nos jornais, com uma entrevista de um cidadão chamado Nildo Mazini, que se arvora em Presidente da FIESP. Pelo que me consta, aquela entidade tem um Presidente vivo, o Dr. Eulálio Vidigal. Não fora isto, é lamentável que o Sr. Nildo Mazini tenha feito as críticas que li. A crítica deve ser feita, porque o regime democrático, na sua essência, a permite. Só através da crítica é que podemos construir uma democracia real. O que não podemos é baixar a uma agressão tão fora de ética, como fez esse cidadão, ao Ministro Delfim Netto, dizendo que o mesmo não tinha autoridade moral para criticar quem quer que seja. Ora, a crítica é válida, mas não nos termos em que a colocou esse moço bonitinho, engraçadinho — que me faz lembrar Brigitte Bardot — mas ordinário. Na verdade, o Ministro Delfim Netto merece críticas, porque ocupa um cargo difícil na Nação brasileira, hoje, sem dúvida, carregando o pesado fardo da própria economia nacional, procurando acertar e criar condições para que o País saia da crise econômica por que passa. Na realidade, a crise econômica assola o mundo inteiro, não só o Brasil. É evidente que nos preocupamos com os problemas nacionais. Entretanto, Sr. Presidente, é lamentável que ocorram críticas como esta, com ofensas à dignidade da criatura humana. É preciso que haja respeito à criatura humana, pois só através dele é que realmente poderemos verificar que a Nação brasileira acredita, com a abertura do Presidente Figueiredo, chegar a uma democracia perfeita, autêntica, com eleições diretas para a Presidência da República e com a recuperação das prerrogativas do Congresso. Tudo isso, Sr. Presidente, haveremos de conseguir, mas não com ofensas à dignidade humana.

Gostaria que V. Ex.^a me permitisse, ao término da defesa que faço do Sr. Ministro Delfim Netto, encaminhar a V. Ex.^a cópia de um debate radiofônico sobre um tema muito importante, que hoje, constantemente, é abordado neste Congresso e na imprensa nacional. É o que desejo de V. Ex.^a

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Será deferido, na forma regimental.

DEBATE RADIOFÔNICO A QUE SE REFERE O DEPUTADO MENDONÇA FALCÃO:

Num debate radiofônico de 75 minutos com os jornalistas Joelmir Beting, Salomão Esper, Alberto Tamer e José Paulo de Andrade, transmitido ao vivo pela Rádio Bandeirantes, de São Paulo, "Programa GENTE", dia 18 de fevereiro, o Ministro do Planejamento, Delfim Netto, explicou as razões da maxidesvalorização do cruzeiro, afirmando que "a máxi foi o caminho escolhido pelo Governo através do qual se concilia o interesse nacional de aumentar as oportunidades de emprego e de gerar os dólares para honrar as dívidas".

Ao criar novos estímulos à exportação brasileira — frisou o Ministro — nós estamos aumentando o produto nacional, estamos dando mais empregos e gerando dólares. Por isso é que, do ponto de vista social, todos ganham com a máxi. Agora, do ponto de vista das empresas, há dois tipos de efeitos: as empresas que exportam, e logicamente vão aumentar as suas oportunidades com a máxi e criar novos empregos; e as empresas que devem em dólares, às quais vai ser preciso auxiliar numa certa medida. Do ponto de vista da população, do trabalhador, é importante lembrar que a máxi não aumenta o aluguel nem a prestação da casa e nem as despesas pessoais. O que o

Governo precisa fazer e já está fazendo, é vigiar, para evitar uma reação de aumentos de preços, a pretexto da máxi. Das matérias-primas essenciais, as importadas, nós já reduzimos o IOF para evitar que encareçam os custos na produção final. Quanto aos combustíveis, vamos procurar diluir os efeitos da máxi, aproveitando a baixa no preço do barril de óleo importado, de modo a que os aumentos na gasolina e no diesel fiquem por volta de uns 13 por cento ao longo do tempo. Se ocorrer a baixa de 5 dólares que estamos esperando — explicou Delfim Netto — poderemos reduzir à metade o efeito da máxi sobre os combustíveis.

A seguir, a íntegra do debate:

JOELMIR BETING — Hoje nós vamos repassar aqui, nessa conversa com o Ministro Delfim Netto, a questão da maxidesvalorização do cruzeiro, que causou muita perplexidade entre os empresários, entre os economistas, e uma certa comoção na população em geral que, coitada, ignora a aritmética cambial que informa as decisões do Governo e que se refletem, direta ou indiretamente, na vida de cada um de nós.

JOSÉ PAULO DE ANDRADE — E ontem nós já levamos ao ar, através da Bandeirantes — Rádio e Televisão — a entrevista que foi concedida no Gabinete do Ministro, na SEPLAN, em Brasília, em que nós voltamos — e aí a primeira pergunta ao Ministro Delfim Netto — mais uma vez um enfoque dirigido diretamente aos trabalhadores. Nós já tínhamos notado esse enfoque, do Ministro conversar, quase que coloquialmente com os trabalhadores, no programa do último dia do ano de 1982, que levamos ao ar aqui.

Ministro Delfim Netto, a primeira pergunta para o senhor é esta: Por que é que está sendo dada essa ênfase, principalmente procurando trocar em miúdos para o trabalhador, o que significa essa medida de impacto que o Governo tomou?

MINISTRO DELFIM NETTO — Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a vocês esta oportunidade. Não se trata, propriamente, de mensagem direta a uma classe; trata-se de uma mensagem dirigida a toda a Nação. Ninguém pode ignorar que o grande problema que existe no Mundo, hoje, é o problema do desemprego. Se nós olharmos em volta de nós, vamos ver que temos 30 milhões de desempregados na Europa Ocidental e Estados Unidos, caminhando para 35 milhões de desempregados nessa região; no mundo soviético, o nível de desemprego é igual ou talvez maior, apenas não registrado; mas diante, portanto, de uma crise que afeta o Mundo todo, uma crise que atinge todas as economias do Mundo — não importando se elas são capitalistas, socialistas ou de qualquer outra natureza — o problema do desemprego é crucial. E, no caso brasileiro em particular, o problema do desemprego está essencialmente vinculado à nossa capacidade de expandirmos a produção interna com o capital que já temos, e só não podemos fazê-lo devido às dificuldades que são impostas pelo balanço de pagamentos, isto é, pela necessidade de honrarmos os compromissos assumidos no exterior. É exatamente por isso que eu tenho dito que a forma mais eficaz, a forma mais direta de criar emprego é através das exportações, que geram diretamente emprego, e através da substituição de importações, que também geram emprego. De forma que, a desvalorização cambial, a maxidesvalorização cambial, é um instrumento extremamente eficaz para a criação de emprego. Foi por isso que nós a adotamos.

JOELMIR BETING — Sr. Ministro, se a exportação realmente favorece a expansão de emprego, a gente não estaria, também,

na dependência não da vontade de vender, mas do desejo de quem compra lá fora, e parece que o mercado não está comprando?

MINISTRO DELFIM NETTO — Você tem toda razão quando você diz que “não depende apenas do nosso desejo de vender, mas também da capacidade, inclusive, de comprar.” Mas aqui, Joelmir, eu submeto o seguinte problema: nós temos muito pouca importância no mercado internacional, nós representamos menos de 1% desse mercado, e um esforço perfeitamente possível, através de um aumento da nossa capacidade de competição, de apenas 0,1%, representaria um aumento de 10% de nossas exportações. Ora, se nós verificamos, e verificamos concretamente, que no mercado europeu, principalmente, você tem condições de fazer essa ampliação apenas por elevação do seu poder de competição, eu acho que esse problema, ainda que ele seja possível de ser colocado, ele não existe. Eu daria um exemplo: as moedas européias — o marco alemão, o franco, a lira — se desvalorizam com relação ao dólar — ao qual nós estamos ligados — 29%, em média, nos últimos dois anos.

JOELMIR BETING — Isso significa que o Brasil perdeu...

MINISTRO DELFIM NETTO — Isso significa que nós havíamos perdido um poder de competição que tínhamos. E fomos tentando recuperar através de pequenas modificações cambiais, através do aumento de subsídios, através do crédito subsidiado. Mas nós esperávamos — e esta era a grande esperança que tínhamos nós do Governo — de que tão logo o sistema americano manifestasse sinais de crescimento — como parece que está manifestando neste instante — e tão logo a taxa de juros diminuísse, os fluxos de capitais para os Estados Unidos também diminuiriam e haveria uma desvalorização importante do dólar e, conseqüentemente, uma valorização das moedas européias e japonesas, que se haviam desvalorizado 29%, 30%, e a situação estaria resolvida. Ora, depois de uma análise cuidadosa, feita a partir de dezembro, não só aqui conosco, mas consultando os Ministérios, os técnicos desses vários países — do Japão, da França, da Inglaterra — nós verificamos que a probabilidade de uma recuperação dessas moedas era extremamente pequena, e que não havia como continuar conciliando a desvalorização dessas moedas com a valorização do dólar e como a conseqüente — ainda que pareça contraditória — valorização do cruzeiro com relação a ela.

JOELMIR BETING — Sr. Ministro, se o Brasil agora tem condições de melhorar a sua capacidade de competição lá fora, por conta desse empurrão cambial, a máxi, sendo ela também de caráter inflacionário, não aumenta custo de produção da indústria que também exporta?

MINISTRO DELFIM NETTO — Acho que devíamos estudar esse ponto, que é um ponto importante e que tem causado muitas dúvidas. Esta pergunta me parece muito interessante. Deixa eu só completar também: os nossos parceiros latino-americanos, todos eles desvalorizaram mais de 60%. De forma que, a nossa situação tinha ficado extremamente delicada. Eu lhe coloco a seguinte questão, que é importante: os insumos, quer dizer, aquilo que se usa na exportação, um pedaço, pelo menos, é importado e sofrerá, conseqüentemente, os efeitos da própria desvalorização. E, além do mais, existem alguns produtos de consumo que são importados, como é o caso do petróleo, como é o caso do trigo. Se vocês me permitirem, eu dividiria isso em três itens. Digamos, insumos básicos importados. Neste, o efeito da desvalorização foi grandemente

corrigido por uma redução do Imposto de Operações Financeiras sobre as importações. O imposto era de 25%, foi reduzido para 15%, de tal forma que o aumento de custo das matérias-primas importadas é muito menor do que a desvalorização cambial. Com relação ao petróleo e ao trigo, o Presidente analisou esse assunto com bastante cuidado e nós decidimos que seria preciso internalizar esses custos de forma lenta. O preço do petróleo, como todos sabem, baixou em torno de 15% nesses últimos 20 dias — é possível que hoje, em Riad, isso se confirme definitivamente, já está havendo uma reunião da OPEP, que ontem não chegou a nenhuma conclusão, mas é muito claro que a Arábia Saudita vai começar a procurar, de forma um pouco mais ativa, os seus próprios interesses: e nós estamos esperando, realmente, uma baixa de 5 dólares por barril. É uma coisa significativa, da ordem de 15%, quase, do preço que já vínhamos pagando pelo petróleo. Ora, se isso acontecer — e eu acho que está acontecendo agora — a internalização desta baixa do preço em dólar de 15% reduzirá a menos da metade o efeito da desvalorização cambial sobre o preço do petróleo interno, porque seria a correção de 30% dividida pela correção de 15%, que está sendo realizada. Isto significa...

JOELMIR BETING — Sr. Ministro, só por curiosidade, a gente gostaria de saber que tipo de impacto tem uma máxi de 30% sobre o custo de produção — digamos — da gasolina e do diesel?

MINISTRO DELFIM NETTO — Nós vamos chegar lá. No caso concreto em que você tem esta redução de 15% no preço do barril do petróleo e o aumento de 30% no custo do dólar, você teria um aumento do preço do barril de petróleo, em cruzeiros, de menos de 15% — como é fácil de perceber. Ora, desta forma, você tem o seguinte: os preços do petróleo deveriam subir normalmente mais ou menos o que sobe a inflação. Você teria de distribuir, ao longo do ano, um aumento da ordem, talvez, de 15%. Por aí a gente verifica que, com um pouco de cuidado, o impacto será relativamente pequeno, e, certamente, tem de ser distribuído de forma desigual entre aqueles subprodutos de consumo direto, aqueles produtos que são consumidos diretamente pelas pessoas que não podem ter os seus custos transmitidos para a frente — como é o caso da gasolina — e aqueles cujo custo representará, realmente, aumento de despesas, digamos, dos agricultores, que estão usando o diesel, ou das fábricas de cimento, que estão, eventualmente, usando o óleo combustível.

JOELMIR BETING — Nós temos aqui, Sr. Ministro, um cálculo da PETROBRAS dando conta de que a máxi de 30% provoca um aumento no custo de produção da gasolina de 10% a 11%, tão-somente.

MINISTRO DELFIM NETTO — É isso mesmo. É o que eu estou lhe dizendo, em torno de 13%. Este número está muito próximo da realidade. Então, é uma coisa perfeitamente internalizável, sem criar tensões inflacionárias violentas.

JOELMIR BETING — O problema que nós estamos localizando, pelo menos em São Paulo — e o senhor conhece muito bem aqui o “índio” paulista — é que já estaria ocorrendo um repasse, com casca e tudo, até para o pepino...

MINISTRO DELFIM NETTO — Joelmir, aí é verdade. Há uma irresponsabilidade assustadora. Ontem, ainda, você deve ter visto, nós já soltamos uma nota alertando para isso, e hoje você vai ver que vamos, já, punir duas empresas, lamentavelmente, que, por sua auto-recreação, haviam aumentado os preços simplesmente por conta

de que pressupõem que vai haver um aumento de custo que eles imaginam.

SALOMÃO ÉSPER — Então, o Sr. Ministro responde à primeira pergunta que nós gostaríamos de fazer. Esse tipo de apelo não tem funcionado. O Ministro já fala em medidas enérgicas, tomadas como adverteência.

MINISTRO DELFIM NETTO — Hoje, duas empresas já estão sendo chamadas à SEAP. Se não comprovarem — como não vão poder comprovar — o aumento absurdo de tabela de preços que fizeram, vão ter o seu crédito cortado no Banco do Brasil, no BNDES e em todas as instituições financeiras do Governo, e têm de voltar aos preços anteriores.

JOSÉ PAULO DE ANDRADE — De que áreas são essas empresas, Ministro?

MINISTRO DELFIM NETTO — São da área química.

JOELMIR BETING — Que trabalham com material importado.

MINISTRO DELFIM NETTO — Mas é um absurdo, porque neste caso, Joelmir, nós baixamos o IOF de importações. Realmente o que acontece...

JOELMIR BETING — Uma compensação fiscal...

MINISTRO DELFIM NETTO — Exato. O que acontece é que o Brasil é o único País em que se acredita em milagre, o que é o efeito sem causa. Mas no Brasil há mais uma lei maravilhosa: onde o efeito antecede a causa.

JOELMIR BETING — Ai é um milagre mesmo...

MINISTRO DELFIM NETTO — Você deve começar a colecionar essas leis, porque elas dão, realmente, uma idéia de como é difícil a administração, quando as pessoas são extremamente egoístas e imaginam que podem salvar o seu e deixar o resto pegar fogo...

SALOMÃO ÉSPER — Ministro, agora há algumas perguntas que a gente acredita que estejam na boca de todo mundo: se a máxi tendo a gerar empregos, a incrementar as importações, por que é que os empresários estão "chiando" tanto? Os empresários são os que mais reclamam. Será que nós, da imprensa, estamos só ouvindo os empresários importadores e não os exportadores...?

MINISTRO DELFIM NETTO — Não. O que há, realmente, e eu acho que eles têm razão, é que a indústria brasileira, ou os industriais, não sei, estão endividados em dólar. Isto aconteceu porque era mais barato o endividamento em dólar do que o endividamento em cruzeiros. Foram surpreendidos por uma modificação da taxa de câmbio, que causa, realmente, uma grande amolação.

SALOMÃO ÉSPER — Mesmo porque, dizem que o Governo os induziu a serem devedores em dólar.

MINISTRO DELFIM NETTO — Isso aí é um pouco de exagero. Realmente, ninguém tomou dólar porque o dólar era mais caro; eles tomaram o dólar porque era mais barato.

JOELMIR BETING — E também porque nós não tínhamos crédito aqui dentro.

MINISTRO DELFIM NETTO — Exatamente, porque a taxa de juros aqui dentro era mais alta. Então, o que eu digo é o seguinte: o Governo tem plena consciência desse fato, e jamais o Governo abandonaria a indústria à sua própria sorte. Nós não fizemos isso em 1979, e não faremos isso em 1983. Nós temos consciência

de que essa indústria é fundamental para o desenvolvimento brasileiro, e de que essa indústria tem que ser mantida em funcionamento, e que, quando o Mundo se recuperar, ela voltará a operar a plena carga, e será um instrumento decisivo do nosso desenvolvimento. Portanto, nós não vamos abandoná-la. O que nós estamos imaginando é repetir esquemas que já foram aplicados no passado, é financiar a diferença da desvalorização cambial, é encontrar mecanismos que facilitem as empresas digerirem essa diferença. Agora, eu gostaria também de chamar a sua atenção para o seguinte fato: a situação é muito desigual entre as empresas. As empresas que têm uma alta dose de remuneração derivada das exportações têm amolações muito menores; elas têm compensações por receita que, freqüentemente, superam as dificuldades da máxi. Algumas empresas, em particular talvez algumas médias empresas que têm pouca ligação com as importações, têm dificuldades maiores. Nestes casos, nós estamos abrindo linhas de crédito, como abrimos no passado, para que eles possam digerir esse processo. Agora, o que é fundamental é que nós criamos três linhas novas de financiamento: uma linha de capitalização das empresas, que obviamente vai exatamente nessa direção, no BNDES; uma linha de financiamento para ajustamento às exportações; e uma linha de financiamento para substituir importações, dando claramente aos empresários as idéias de que a forma mais simples de digerir estas dificuldades é encaminha-las rapidamente para as exportações. Esse é um processo difícil, mas é um processo no qual eu tenho a maior confiança. Eu sou um homem que tenho vivido muitos anos com esses empresários, vivido situações... E dando à indústria, dando aos empresários as condições para que eles superem essas dificuldades, eles vão superá-las.

JOELMIR BETING — Agora, Sr. Ministro, o senhor nega o tabelamento dos juros, por ser ineficaz, o senhor não aceita a idéia de restabelecer o controle dos preços e reconhece que existe um repasse até abusivo da máxi para os custos...

MINISTRO DELFIM NETTO — Deixa eu lhe dizer: o controle de preços propriamente dito é uma coisa que tem eficácia relativamente pequena numa taxa de inflação como a que nós estamos vivendo. O que nós estamos fazendo é reintroduzindo o sistema de acompanhamento de custos. E o primeiro efeito positivo disso foram esses dois casos que descobrimos ontem. Vamos ampliar esse processo a todos os setores oligopolizados e monopolizados. Esses setores terão regras, sinais e serão vigiados muito de perto.

JOELMIR BETING — Liberdade vigiada...

MINISTRO DELFIM NETTO — ... acima dos quais acende uma luz amarela e ele tem de ligar para o Dallari (José Milton Dallari — Secretário da SEAP) e dizer: "Fulano de tal está tentando me repassar tal preço e eu, portanto, vou ter de repassar tal preço". E nós vamos ver se "fu ano de tal" tem ou não razão. Nós vamos restringir isso a um número pequeno de produtos — aí uma centena deles, como se fez em 1967 — e discutir, então, cada caso — e isso é perfeitamente possível — para induzir as pessoas a se comportarem de forma mais adequada. O tabelamento, em si mesmo Joelmir, ele é extremamente ineficaz no prazo longo; ele realmente provoca uma má alocação de recursos; ele provoca o aparecimento de todos os tipos de fraude. Nós pretendemos, já que nos livramos desse negócio depois de longuíssimos anos, fazer uma coisa um pouquinho mais inteligente, que conte com a coope-

ração das pessoas que estão envolvidas, e que permita ao Governo impedir que aquilo que não seja realmente razoável não seja também repassado para os preços.

JOELMIR BETING — Agora, Sr. Ministro, o quitandeiro da esquina que não aprendeu matemática em Chicago continua, coitado, até por boa fé, repassando a máxi de 30% para o seu ba'cão. Neste caso...

MINISTRO DELFIM NETTO — Sabe o que eu acho? Não tem nenhum sentido, Joelmir. Nós vimos isso quando saiu o FINSOCIAL e nós assistimos o que foi o absurdo da inflação de junho do ano passado. É um processo de educação que nós temos que nos esforçar por mostrar. O quitandeiro da esquina teve, no mês de janeiro, uma surpresa gigantesca: viu os seus preços subirem 70%, 80%, não por causa de máxi; viu subirem porque choveu, num dia, 144 milímetros e, no outro dia 95 milímetros (chuvas pesadas na região de produção de hortigranjeiros, danificando as plantações).

SALOMÃO ÉSPER — Foi a maxiprecipitação...

MINISTRO DELFIM NETTO — Foi a maxiprecipitação, que provocou o maxipreço. E que vai ser corrigido agora, em abril... O que você está dizendo é correto. Então, é a mesma coisa que o homem que tem lá a sua loja de calçados e que passou pelo jornal, olhou que houve a máxi, chega na loja e remarca todos os seus calçados em 30%.

JOELMIR BETING — Agora, uma outra dúvida técnica, a nível também de empresário. Assim como o salário é o preço informado pela inflação que passou, o juro é o preço informado pela inflação que virá. E como a máxi é de caráter inflacionário, pelo menos no primeiro momento a expectativa de todo o sistema financeiro é de inflação em alta, e, portanto, o juro não pode baixar.

MINISTRO DELFIM NETTO — Não, eu não creio. O juro real certamente vai baixar, e é disso que se trata. O juro real certamente vai cair para os patamares mais ou menos do nível externo, eu acredito entre 18%, 17%, uma coisa como essa. Agora, o juro nominal, Joelmir, o juro nominal de curtíssimo prazo, esse pode ter algumas variações. Mas nós temos de prestar atenção... É isso os empresários sabem de cor, melhor do que eu e você. O que importa não é a taxa de juros nominal, o que importa é a taxa de juros descontada da inflação efetiva do período. E este, certamente, vai baixar. Isto nós vamos assistir dentro de poucos dias. A grande verdade é que o Brasil e o Mundo estão numa situação extremamente difícil. Mesmo as baixas de taxas de juro no interior — que pareciam que iam ser de caráter dramático — acabam se estabilizando. Você já viu que faz dois meses e meio, três meses, que não se tem nenhum movimentozinho para baixo. Mas o juro, certamente, vai cair; o juro real, eu estou dizendo.

JOSÉ PAULO DE ANDRADE — Ministro, nós gostaríamos de saber alguma coisa que não foi perguntada ainda ao senhor. Muita gente reclama que a Nação não tenha sido consultada, e o senhor, ontem, ainda falava que não era possível decidir uma máxi numa assembléia geral. Agora, no âmbito das áreas econômicas e financeiras do Governo é claro que esse assunto foi discutido, não saiu só da cabeça do Ministro. Como é que se chegou à conclusão de que seria necessariamente difícil para a vida econômica do País, com uma inflação de 9% em janeiro e com uma previsão, aí, já em torno de 7% para fevereiro. Como é que saiu essa medida assim tão drástica?

MINISTRO DELFIM NETTO — Deixa eu lhe dizer. Primeiro, a inflação de janeiro, sabemos que tem uma componente que não se repetirá, essa componente da maxiprecipitação a que se referiu o Salomão Esper — foi uma pena eu não ter aprendido esse nome antes — mas uma máxi é um processo doloroso, ela exige estudos cuidadosos, uma análise muito acurada do que aconteceu com os concorrentes, o que aconteceu em cada mercado. Ela, normalmente, é fruto de um trabalho, paciente, de levantamento de dados, de números, e aos quais têm acesso duas ou três pessoas. Eu lhe direi o seguinte: Na máxi sempre, sempre, no fundo, a responsabilidade é solitária, de duas ou três pessoas. Eu lhe direi o seguinte: na máxi sempre, sempre, uma longa análise dos relatórios que ele recebe diariamente, e de relatórios preparados especialmente para mostrar que não existia uma solução diferente de devolver à indústria brasileira o seu poder de competição na Europa e no Japão e também nos países latino-americanos, se não fosse uma maxidesvalorização. Ele chegou a essa conclusão, e, no dia em que chegou a essa conclusão, ele comunicou que estava pronto para fazê-la.

JOSÉ PAULO DE ANDRADE — O senhor está falando aí de duas, três pessoas. Então, seriam o senhor, o Ministro da Fazenda e o Presidente da República.

MINISTRO DELFIM NETTO — Isto aqui é uma coisa extremamente importante. Eu tenho para mim que essas coisas têm que ser feitas, realmente, com o maior cuidado e o maior sigilo. No Brasil foram feitas algumas maxidesvalorizações; e todas elas no maior sigilo. Esta foi absolutamente... Esta eu acredito que, realmente, só essas três pessoas sabiam. No dia em que ela foi implementada os outros membros do Governo foram comunicados da decisão do Presidente e informados das razões pelas quais o Presidente tomou aquela decisão. Essas coisas não podem ser discutidas, porque elas promovem uma especulação gigantesca, elas promovem uma movimentação e uma excitação extravagantes. É por isso que elas são sempre feitas na sexta-feira.

JOELMIR BETING — Agora, Sr. Ministro, a pergunta que a dona-de-casa faz aqui para o programa, e que a gente repassa para o senhor, é a mesma pergunta que, aliás...

SALOMÃO ÉSPER — Esse repasse é permitido, não é?

MINISTRO DELFIM NETTO — Esse pode... esse pode...

JOELMIR BETING — Eu coloquei, hoje, na minha coluna, também. Se a máxi é uma coisa boa — não diria nem boa nem ruim — é uma coisa inevitável, por que não foi adotada, por exemplo, em dezembro, tempo de programação geral?

MINISTRO DELFIM NETTO — Joelmir, me desculpe. Em dezembro tínhamos problemas — a máxi já estava estudada em dezembro — em dezembro tínhamos problemas realmente complicados. O primeiro problema era a montagem desse negócio enorme aí fora, que todo mundo hoje já identifica como Projetos I, II, III, IV. E se tinha que, realmente, tomar muito cuidado e não mexer nas coisas antes da hora.

SALOMÃO ÉSPER — Interessante, Sr. Ministro, que Horst Struckmeyer (do FMI) declarou, no dia 15 de dezembro, que o Brasil não precisaria fazer a maxidesvalorização para ajustar o balanço de pagamentos. Foi exatamente em dezembro.

MINISTRO DELFIM NETTO — Foi porque nós tínhamos combinado fazer um aumento

de 1% de câmbio sobre a correção monetária por mês. Isto criou um tipo de antecipação que, depois, se revelou extremamente negativo. Você jamais conseguiria mexer na taxa de juros com esse mecanismo.

JOSÉ PAULO DE ANDRADE — Mas com as "minis" o senhor não chegaria a isso, Ministro?

MINISTRO DELFIM NETTO — Só depois de um ano... Assim você não chegaria nunca. Depois, ficou evidente o seguinte: as hipóteses a que me referi para vocês, na primeira conversa — todos imaginaram, não era o Brasil, o Banco Mundial, os grandes bancos internacionais, o Bundesbank, o Banco do Japão, o Banco da Itália, o Banque de France, todos imaginavam o seguinte: vai haver uma rápida recuperação das moedas européias; os Estados Unidos estão se engajando num processo de desenvolvimento — de desenvolvimento é um exagero — mas de expansão interna, e basta um crescimento de 5% ou 4% nos Estados Unidos para que as coisas se arrumem em matéria de fluxo de capitais. Por outro lado, os sintomas de que a queda de taxa de juros nos Estados Unidos era também muito significativa, tudo, indicava o seguinte: em janeiro ou fevereiro teremos uma valorização importante do yen, do franco, da lira, da libra. Isto não aconteceu. Não acontecendo, não era possível recuperar apenas com 12%. Vou lhe dar mais um exemplo:

Por que é que o Gonzalez, ao tomar posse do Governo socialista espanhol, o primeiro ato dele foi fazer uma desvalorização?

Por que Olaf Palmer, ao voltar ao governo sueco — faz dois meses — o primeiro ato dele foi fazer uma desvalorização?

Por quê?

Porque eles também têm o mesmo problema que nós.

JOELMIR BETING — Quer dizer que o senhor, em dezembro, acreditava na queda do dólar, na alta das moedas européias e, por tabela, na reativação do mercado mundial.

MINISTRO DELFIM NETTO — E mais do que isto, na recuperação do poder de competição do cruzeiro.

JOELMIR BETING — Exatamente.

MINISTRO DELFIM NETTO — Em dezembro tudo indicava o seguinte: com 12% feito lentamente, acompanhado por uma desvalorização do dólar, lenta, ao longo de 12 meses, nós estaríamos restabelecendo nosso poder de competição sem uma máxi. Infelizmente, essas duas hipóteses não se verificaram. E o Brasil não pode, não podia deixar de ajustar com rapidez o seu poder de competição.

SALOMÃO ÉSPER — E agora que nós estamos falando em mini e máxis, Sr. Ministro, na nota que justifica a medida fala-se que ela tende a evitar, a eliminar o inconveniente dos reajustes cambiais mensais acima da inflação. Vamos continuar com as minis ou não?

MINISTRO DELFIM NETTO — Vamos continuar com as minis. Mas, não mais acima da inflação.

SALOMÃO ÉSPER — É muito importante essa afirmação, porque está causando dúvida...

MINISTRO DELFIM NETTO — Ó Salomão...

SALOMÃO ÉSPER — Pois não...

MINISTRO DELFIM NETTO — ... se nós não continuarmos com as minis, da-

qui a cinco, seis, oito, dez meses, tudo teria voltado à estaca zero. Nós demos um passo definitivo: **nós aumentamos o poder de competição dos nossos produtos em 30%**. Isto é, devolvemos aos nossos produtos o poder de competição que eles tinham em 1981 com relação às moedas européias, e **vamos manter esse poder de competição, daqui para a frente, através das minidesvalorizações.**

JOSÉ PAULO DE ANDRADE — Ministro, a partir de ontem o senhor resolveu abrir o jogo, falar sobre a maxidesvalorização — tinha havido um silêncio, claro que no fim-de-semana, segunda-feira, na terça o senhor resolveu falar. E nós sentimos... Inclusive o Ministro Ernane Galvêas esteve reunido, ontem à noite, com o pessoal da área financeira, principalmente os banqueiros, para explicar o porquê da máxi, os efeitos da máxi. Agora, com relação aos trabalhadores, a quem o senhor tem-se dirigido em todos os seus pronunciamentos, há também essa preocupação do Governo de também chamá-los para uma conversa do mesmo tipo dessa que é mantida com os empresários?

MINISTRO DELFIM NETTO — Estamos conversando com eles agora. Este homem que está ouvindo, que está do lado do torão, aí, com o seu radinho, ouvindo, este cidadão sabe que a manutenção do emprego dele depende hoje, basicamente, da capacidade que o Brasil tem de exportar o parafuso que ele está torçando. Ele pode prestar atenção — não vou dar nomes aqui, porque seria um pouco desagradável; desagradável, não! mas seria fazer uma promoção que o João Saad (proprietário da Rede Bandeirantes) não iria gostar — vocês podem ver que, nos últimos vinte dias, uma grande empresa automobilística teve de dispensar gente.

Por quê?

Porque não podia exportar. E **duas outras grandes empresas automobilísticas estão admitindo gente.**

Por quê?

Porque podem exportar. Se você olharem os lugares para os quais elas exportam, vão verificar exatamente aquela diferenciação visual de dólares a que eu me referi. E uma delas, a maior exportadora brasileira, que exporta para a Europa, estava deixando de exportar por falta de competição. Todos nós sabemos disso, os nossos produtores de indústrias de bens de capital, aqueles que conseguiram alguma exportação, sabem que o **nível de atividade, hoje, depende basicamente das exportações.** Mais, do que isso, ainda, essa indústria de bens de capital que está aí, com a qual frequentemente temos tido uma certa forma de atritos e de incompreensões recíprocas, sabe que, com esta maxidesvalorização, aquela exportação que eles haviam imaginado, de um bilhão, um bilhão e meio de dólares, se torna factível e que, portanto, elas poderão operar a uma capacidade ligeiramente superior à que operaram no ano de 82, o que é, para elas, extremamente importante. Mais do que isso, todo o setor siderúrgico brasileiro, privado e governamental, adquiriu um enorme poder de competição. É claro que ele está sob o fogo de algumas barreiras, tanto na Europa como nos Estados Unidos, de acusações de **dumpings** e não sei o quê mais. Mas a grande verdade é que, apesar de tudo isto, nós vamos ampliando lentamente o nosso poder de exportação. O mesmo ocorre com toda a indústria petroquímica. O operário, o trabalhador, esse deve saber: **a máxi sobre ele terá, no que respeita aos preços, uma influência muito menor do que alguns pro-**

curam fazer ver. Os alugueis não sobem por causa da máxi, a rigor os serviços pessoais não têm nada que subir por causa da máxi. De forma que, uma parcela importante dos seus dispêndios não sobe por causa da máxi.

JOELMIR BETING — E a Caderneta também não muda por causa da máxi?

MINISTRO DELFIM NETTO — Também não...

JOELMIR BETING — Isso é importante.

MINISTRO DELFIM NETTO — Em compensação, devem-se criar muitos mais empregos. O trabalhador deve entender isto. Esta medida é a única capaz de ampliar o nível de emprego sem criar problemas no balanço de pagamentos.

SALOMÃO ÉSPER — A gente está sendo levado a acreditar que todo mundo ganha com a máxi. Sr. Ministro, quem é que ganha e quem perde, realmente, com a máxi? Vamos dar um resumo, para que todo mundo entenda.

MINISTRO DELFIM NETTO — Vamos pensar o seguinte — porque você está raciocinando aí como se tivesse uma conta fechada — quer dizer, o total é 100, então você pode dividir 50 e 50. 60 e 40, 70 e 30... a soma tem que ser constante. Aí é que está o equívoco. Com a máxi, você vai ter realmente uma elevação do nível de emprego e do produto. O seu total vai crescer. Agora, preste atenção, Salomão, para uma coisa: nas diferenças, algumas pessoas terão prejuízos financeiros com a máxi. Isso é diferente do que acontece com o País. Para o País, como um todo, a dívida externa continua rigorosamente a mesma, porque ela é medida em dólares. Ainda ontem ouvi uma barbaridade, dita por um grande líder da Oposição, de que a dívida tinha aumentado 24 bilhões de dólares por causa disso. A dívida externa, e todas as dívidas em dólares, continua rigorosamente a mesma. Quem sofre com a máxi, hoje, são as pessoas que estão devendo em dólares, que têm de pagar mais cruzeiros pela mesma dívida. A estes, nós ajudaremos. O País não sofre... O País só se beneficia. O País vai ampliar as exportações e, portanto, aumentar emprego e, portanto, aumentar o produto; vai reduzir as importações e, portanto, aumentar a substituição de importações; portanto, aumentar o emprego e aumentar o produto.

JOELMIR BETING — Agora, Sr. Ministro, eu acho que, no caso da máxi, o emprego e o produto acabam sendo o subproduto da máxi. Porque, na verdade, o objetivo maior da máxi é fazer dólar. E só há uma maneira de fazer dólar para pagar a dívida, é exportando.

MINISTRO DELFIM NETTO — Então, presta atenção, Joelmir. O importante é que este é um caminho que concilia os interesses nacionais, é o caminho no qual eu, fabricando os dólares, estou dando emprego e estou gerando produto, e estou pagando a minha dívida. É isto mesmo que você falou: a máxi é um sinal de que nós temos que destinar uma parcela importante do parque produtor brasileiro para as exportações. E, veja, algumas pessoas dizem:

"Ah, mas isto é muito ruim... então vai voltar para o exterior?"

Nada. A renda gerada é gerada no Brasil e a renda gerada com a exportação gera, ela também, demanda de produtos brasileiros. Um homem que esteja desempregado e que, portanto, esteja hoje vivendo de expedientes, ele acaba vivendo dos salários de todos aqueles que estão empregados. Quando você emprega esse homem,

o salário dos que estão empregados cresce um pouquinho, e o dele cresce, de tudo aquilo que ele vai receber de novo. Se esse recurso, se o que ele estiver produzindo for exportado e produzir dólar, tudo muito bem. Nós estamos pagando a dívida externa; ele está recebendo o seu salário; aqueles que o estavam sustentando fora do emprego têm um infinitésimo de aumento salarial; e ele vai exercer a demanda interna, vai comprar sapato, vai comprar roupa, vai comprar alimentos, vai comprar todas as coisas de sua utilização. É preciso não confundir, portanto, a contabilidade privada com a contabilidade social.

Do ponto de vista social, todos ganham com a máxi. A não ser que a máxi produzisse uma nova queda nas relações de troca. Esta, sim, seria uma preocupação válida, à qual ouvi alguns comentaristas se referirem. Acho que até você, Joelmir. Se isso acontecesse, se teria, aí sim, um tipo de desvantagem social.

Mas, para que isto não acontecesse, o que nós fizemos?

Nós introduzimos um imposto de exportação sobre os produtos mais sensíveis; isto é, exatamente sobre os produtos que poderiam, eventualmente, vir a sofrer queda de preços. Imposto de exportação que vamos retirar, paulatinamente ao longo dos próximos vinte e quatro meses, sem causar qualquer perturbação nos preços externos. Desta forma, nós prevenimos a única possibilidade, do ponto de vista da sociedade, de que a máxi produzisse um inconveniente. Então, eu gostaria de dizer: a máxi produz emprego, a máxi vai aumentar o Produto; a máxi vai aumentar as exportações; a máxi não vai produzir nenhum inconveniente do ponto de vista da redução das relações de troca.

JOELMIR BETING — E a máxi vai pagar a dívida...

MINISTRO DELFIM NETTO — Ela vai nos ajudar a pagar a dívida. O que é importante, eu acho, é mostrar que sofre — e sofre realmente muito — quem tinha dívida em dólares; e, principalmente, quem tem dívida em dólares e não exportar. Para esses, o Governo dará, como sempre deu, o seu apoio; para esses o Governo vai procurar encontrar uma solução adequada, para que eles possam metabolizar esse inconveniente. Se vocês me permitirem eu direi: a máxi, do ponto de vista social, ela só causa o bem; ela não tem nenhum aspecto negativo. Do ponto de vista privado, ela tem um aspecto extremamente positivo para aqueles que não têm dívida externa.

JOELMIR BETING — Sr. Ministro, são 8 horas e 53 minutos, vamos dar um pequeno intervalo para o senhor descansar do telefone, mesmo porque o Alberto Tamer está com a ligação telefônica completada, de Londres, e precisamos prosseguir...

MINISTRO DELFIM NETTO — Certo... Mesmo porque eu já estava em uma reunião e o pessoal está me esperando na outra sala...

JOSÉ PAULO DE ANDRADE — Lembremos que esta entrevista do Ministro Delfim Netto está sendo transmitida pela Brasília Super-Rádio FM, do jornalista Mário Garófalo, sempre atento aos grandes acontecimentos nacionais...

SALOMÃO ÉSPER — É uma minipausa, Senhor Ministro, para novas maxirevelações...

ALBERTO TAMER (por telefone, de Londres) — Ministro, ouvi grande parte da sua entrevista. Aqui, na City de Londres há uma certa tranquilidade... Não digo tranquilidade, mas se recebeu muito bem a má-

xi, porque, afinal, significaria receita em moeda estrangeira para pagar nossa dívida. Porém, em alguns mercados europeus — eu tive contato com pessoas de Bruxelas — o pessoal nos diz o seguinte, Ministro... Levanta-se uma grande dúvida: será que a simples competição maior do produto brasileiro será suficiente para que a gente conquiste um pedaço maior do mercado? Levantam algumas dúvidas. Dizem eles que a questão não é só de preço do produto brasileiro, mas de espaço do mercado. O mercado está extremamente competitivo, difícil. Ainda agora a comunidade europeia está iniciando uma nova ação contra o Brasil. De forma que, a dúvida é esta: será que a máxi sozinha, ou será que a máxi vai permitir que a gente aumente a exportação nesse mercado selvagem que está aqui fora. Ministro? Esta é a dúvida que se manifesta aqui, em várias fontes europeias.

MINISTRO DELFIM NETTO — Tamer, isto se liga a uma pergunta que eu respondi aqui. É claro que não é só a máxi; é a máxi mais o esforço exportador. Agora, sem as condições de competição não haveria nenhuma condição de forçar os mercados europeus. E, no caso concreto — você deve estar se referindo à Comunidade Econômica Europeia, Bruxelas — ...

JOSÉ PAULO DE ANDRADE — É, exatamente.

MINISTRO DELFIM NETTO — Primeiro, não temos que nos preocupar demais; porque, é claro, para a Comunidade Econômica Europeia a coisa mais tranqüila do mundo era o Brasil não ter capacidade de competição. Então, eles não precisariam sequer prestar contas para a gente, e nem ter remorso.

"Vocês não exportam porque não podem mesmo, porque não têm competência para exportar."

Se eu chego lá e digo que tenho competência e quero o meu pedaço, a coisa fica um pouquinho diferente. De forma que, nós temos de entender claramente isso. É por isso que a City, onde certamente as pessoas sabem um pouco mais do que falam, eles compreenderam rapidamente que este é o caminho eficaz para atingir os objetivos que desejamos. Honestamente, a preocupação de Bruxelas, ainda que exista e que seja verdadeira, é uma preocupação antecipatória, é uma preocupação que realmente vai tirar deles a paz de consciência; porque antigamente eles podiam me dizer:

"Você não pode vir para cá porque não tem competência."

Agora eles vão ter que dizer outra coisa. E quando eles disserem outra coisa nós também saberemos dizer outra coisa. De forma que esta é uma luta; este não é simplesmente um ato, é um processo. Nós iniciamos um processo de agressão e temos de seguir com ele, porque dele depende o emprego interno neste País. De forma que, eles vão nos ter agora em Bruxelas com muito mais frequência e com muito mais agressividade, defendendo realmente o emprego nacional.

JOSÉ PAULO DE ANDRADE — Muito bem, Ministro. Então nós perguntaríamos, já no final do programa ao senhor — e é uma pergunta sugerida por um ouvinte da Bandeirantes — quando é que termina essa dívida externa brasileira. Ele está preocupado com isso. Ele acha que está pegando empréstimo para pagar juros. Quando é que os juros deixarão de aumentar o principal?

JOELMIR BETING — Não, um momentinho. Espera aí. Hoje, o Ministro embarca para Nova Iorque, e a gente vai colocar primeiramente esta questão: o que o senhor vai fazer em Nova Iorque?

MINISTRO DELFIM NETTO — Eu espero encontrar em Nova Iorque condições para a assinatura, depois de amanhã, dos Projetos 1 e 2. Notem bem o cuidado com que eu estou dizendo: **eu espero que nós possamos assinar amanhã** — tudo indica que isto será possível — o Projeto n.º 1, que é o tal “Jumbo” de 4,4 bilhões de dólares, e o Projeto n.º 2 que é o refinanciamento das exportações. O Projeto n.º 3, caminha normalmente. As assinaturas são individuais. E, felizmente, o Projeto n.º 4 melhora a cada dia. De forma que se nós superarmos pequenos probleminhas de contrato, deveremos assinar na sexta-feira, em Nova Iorque, o primeiro passo para o começo da solução do nosso problema. Na própria segunda-feira, dia 28, o De Larosiére deverá apresentar ao “board” do Fundo Monetário Internacional o relatório do Brasil, que eu espero seja aprovado, e a partir de 3 ou 4 de março nós teremos o primeiro saque do Fundo. E aí, realmente, é o sinal de que as coisas vão caminhar com um pouco mais de tranquilidade.

SALOMÃO ÉSPER — O Ministro tem alguma queixa dos parlamentares do PDS no Congresso Nacional? Por que essa gente não defende a maxi? É falta de elementos? É assunto para uns poucos iniciados?

MINISTRO DELFIM NETTO — Não creio que seja isso. A reação é um pouco emocional. Você disse:

“Ah, por que você não falou sábado e no domingo?”

É preciso que a racionalidade se instale um pouco para que, depois os argumentos sobrevenham. Ninguém pode discutir, realmente, no calor da incompreensão. É preciso que as coisas se encaminhem. E o Brasil, inclusive, tem algumas pessoas que foram beneficiadas pelos deuses, quer dizer, eu assisto a algumas pessoas que os deuses, para seu benefício, retiraram delas a relação de causa e efeito, do seu cérebro; argumentam de qualquer lado. É preciso portanto, que isto tudo venha à tona, como veio agora, e nós possamos conversar com tranquilidade, como agora, cada um expondo seu argumento com respeito, cada um expondo seu argumento da melhor forma possível e cada um saindo, afinal de contas, com um pedaço de argumento do outro; cada um sabendo que não é dono da verdade e que é possível, entretanto, juntar estas verdades, para ter uma compreensão mais ajustada da realidade.

SALOMÃO ÉSPER — Ministro Delfim Netto, o “Diário do Grande ABC”, hoje, em manchete, diz que a maxi compromete as dívidas dos Municípios da região e nos dá, aqui, alguns dados, que assustam. Como é que esses Municípios conseguiram dever 8 bilhões, 12 bilhões, 20 bilhões, caso de Santo André, São Bernardo e São Caetano?

MINISTRO DELFIM NETTO — Aí, Salomão, são dois problemas completamente diferentes. A maxi certamente exigirá deles um esforço de amortização, neste ano, digamos, de 30% superior ao que exigiria normalmente.

JOSÉ PAULO DE ANDRADE — As Prefeituras vão ter ajuda, também, do Governo?

MINISTRO DELFIM NETTO — Depende do que ele fez com isto. Se o sujeito aplicou isso numa atividade rentável, ele tem condições, perfeitamente possíveis, de superar o seu problema. Se ele fez fonte luminosa, circo de cavallinhos...

SALOMÃO ÉSPER — Aí seria um sujeito sem predicados, não é?

MINISTRO DELFIM NETTO — Eu não estou dizendo isto... Você é que está falando...

JOSÉ PAULO DE ANDRADE — Mas eles não fizeram isto que o senhor está falando, não. Eles usaram em obras públicas. Agora, me parece que o Poder Público não foi feito para dar lucro, não é? Então...

MINISTRO DELFIM NETTO — É muito simples. Não é questão de dar lucros. Aí você está cometendo um grave equívoco. **Quando se usa recurso externo, tem-se que prever que ele tem de gerar pelo menos o seu juro. Não é questão de dar lucro.** O que aqui estamos discutindo é o serviço da dívida.

JOSÉ PAULO DE ANDRADE — Mas, no fim, quem paga é o contribuinte, que paga imposto.

MINISTRO DELFIM NETTO — Aqui, estamos discutindo o serviço da dívida. Se o empreendimento que ele fez for um empreendimento rentável — rentável, quando eu digo, não é que dê lucro, não; rentável, quando eu digo, é que gere pelo menos o lucro do capital que ele utilizou — a dificuldade dele é relativamente pequena.

JOSÉ PAULO DE ANDRADE — Ministro, aí vai caber ao contribuinte da região do ABC pagar, porque a Prefeitura, por si só, não vai arcar com isto. É o contribuinte que vai ter que pagar, vai ter aumento de imposto.

MINISTRO DELFIM NETTO — Não, depende. Esses são municípios que têm muitos recursos. Vamos supor, um empréstimo como este, de 10 milhões de dólares, que são empréstimos normalmente de 8 anos, que exigiram qualquer coisa parecida com amortização de 1 milhão e 500 mil dólares por ano, isto, a desvalorização, representaria uns 400 mil dólares. É claro que você sempre pode cortar alguns serviços e pagar isto. Agora, se isto foi investido em atividades econômicas ou sociais capazes de pagar pelo menos o juro do empreendimento — e isto já devia estar no orçamento, aliás — então, eles não terão dificuldades maiores.

JOSÉ PAULO DE ANDRADE — Mas eles podem esperar alguma coisa do Governo Federal nesse aspecto?

MINISTRO DELFIM NETTO — Não. Aí, no caso, o Governo Federal, como eles, vai ter que apertar o cinto.

JOSÉ PAULO DE ANDRADE — Muito bem. Alberto Tamer, a sua última pergunta, aí de Londres.

ALBERTO TAMER — A pergunta, Ministro, é a seguinte: os bancos aqui estão um pouco preocupados. Eles acham que o Brasil foi um pouco precipitado, ao colocar os quatro pontos, aqueles projetos juntos. Eles afirmam, aqui, que não podem dar ao Brasil a mesma resposta que deram aos outros três pontos, não podem dar para o Projeto IV, que é daquele crédito interbancário. O Brasil estaria... Eles dizem o seguinte — parece que está faltando 1 bilhão de dólares mais ou menos — eles acham que o Brasil pegar o que tem já acertado, o que já tem, e deixar o já famoso Projeto IV, que está dando muita confusão aqui na City de Londres, deixar isto para o futuro. O que é que o senhor acha?

MINISTRO DELFIM NETTO — Aí está havendo uma grande confusão... O Projeto IV, realmente nunca ninguém imaginou que fosse haver assinatura... seria um perfeito absurdo se imaginar que alguém se comprometesse a longo prazo com o que é, por natureza, crédito de curto prazo. Nós estamos tentando restabelecer as linhas que tínhamos em junho de 1982. E posso lhe dizer que restabelecemos uma parcela importante dessas linhas. E não há ligação nenhuma entre eles. Tanto é assim que, se as coisas correrem como eu penso, se as

coisas caminharem da forma pela qual eu imagino, logo assinaremos o I e o II, e o III já está pronto. De forma que, continuaremos operando no **money-market** normalmente, sem nenhuma dificuldade maior.

JOELMIR BETING — Sr. Ministro uma última pergunta, agora. Agora, é a última: ontem, a grande fofoca do dia foi a demissão do Diretor da CACEX, que está no cargo há 15 anos. Exatamente na hora em que a máxi favorece a exportação, o “Ministro da Exportação”, que é o Benedito Moreira, cai fora. Ou não estaríamos, aí, diante de mais uma fofoca gratuita ou simplesmente não estaríamos diante da possibilidade da criação de um “Ministério de Comércio Exterior”, como exige a economia de guerra do Brasil no front externo?

MINISTRO DELFIM NETTO — Joelmir, eu soube que o Benedito teria pedido demissão. Estou lhe dizendo aqui, também... Eu soube isso através do Ministro da Fazenda. Mais nada.

JOSÉ PAULO DE ANDRADE — Muito bem. Ministro Delfim Netto, nós agradecemos, então, a sua participação, hoje, em nome dos ouvintes da Bandeirantes, que que se manifestaram, aqui, intensamente, ao longo do programa, pela sua preocupação de esclarecer todas as dúvidas que ainda pairavam.

SALOMÃO ÉSPER — E nós reiteramos a nossa esperança. Se foi possível exportar 50 mil Passat para o Iraque sem a máxi, a nossa esperança é de que...

MINISTRO DELFIM NETTO — Ah! agora, quem vai fazer a última pergunta sou eu...

JOSÉ PAULO DE ANDRADE — Pode fazer, Ministro...

MINISTRO DELFIM NETTO — Isto que você falou, Salomão, coloca muito bem a questão. Pergunte ao Wolfgang Sauer, da Volkswagen, quanto foi preciso dar de subsídio para fazer isto. E você vai ver que é exatamente o valor da máxi. Você não podia ter feito nada mais perfeito, se nós tivéssemos combinado, coisa que não é do meu feitio, aliás. Esta sua última pergunta — está certo? — nada podia ter sido mais oportuna do que ela. Não pense que essa exportação para o Iraque foi feita sem muita concessão e sem muita competência. **O Governo deu o que tinha de dar** — e, agora, com a máxi as coisas são diferentes — **mas os vendedores da Volkswagen revelaram uma enorme competência.** É exatamente este o meu ponto, Salomão. **Dar as condições, que a nossa gente sabe onde é que está o caminho.**

JOELMIR BETING — Mas há um a informação de uma trading japonesa que opera no Brasil, dando conta de que, no caso das exportações totais do País, nós estamos na seguinte situação ainda hoje: **20% dos produtos estão sendo vendidos, 80% estão sendo comprados.** Quer dizer, **ainda não estamos sabendo vender.**

MINISTRO DELFIM NETTO — Pois isso só confirma aquilo que eu disse: **é preciso um grande esforço de venda.** E para isto ninguém mais próprio, do que os japoneses. Eles sabem. Joelmir, esse número é capaz... talvez seja um pouco de exagero: vamos dizer: 1/5 de venda e 4/5 de compra dos outros.

JOELMIR BETING — Deve haver alguns produtos que têm mercado cativo.

MINISTRO DELFIM NETTO — É. Mas, certamente, estamos longe de ter feito o grande esforço exportador que tínhamos de fazer. E eu espero — este exemplo do nosso Salomão foi providencial neste final de programa... Muito obrigado pela oportunidade que me deram.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Com a palavra o nobre Deputado Sérgio Cruz.

O SR. SÉRGIO CRUZ (PMDB — MS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esta Casa recebeu, esta semana, projeto do Executivo que regulamenta o voto distrital para as próximas eleições parlamentares. É um assunto que talvez não tenha a menor importância neste momento, razão que justifica ainda mais a preocupação dos Congressistas. O governo, cuja imaginação não deve ser subestimada, aproveita-se da traumatizante situação por que passa a Nação para aplicar mais um de seus golpes golberinos.

A proposta de adoção do voto distrital, do General Figueiredo, chega ao Congresso com a embalagem de "questões menores", quando o Legislativo se dedica à discussão do agravamento da crise econômica. A intenção do Governo é que passe despercebida a matéria e que se inove o processo eleitoral, apesar da legislação viciada pelo oportunismo da famigerada Lei Falcão e da degenerada vinculação de votos.

O distrital misturado — misturado, porque pretende circunscrever a eleição proporcional aos limites do distrito — se aprovado, vai complicar ainda mais o já intrincado sistema eleitoral brasileiro. Nos países onde já é adotado, em nada contribui para o fortalecimento da democracia, valendo, no máximo, para reduzir a representatividade parlamentar a um pequeno círculo de cidadãos afortunados.

Nos chamados regimes ocidentais, o voto distrital alija as diversas tendências ideológicas e bloqueia as perspectivas de poder nacional dos pequenos partidos, dando origem a um maniqueísta bipartidarismo, como ocorre, por exemplo, nos Estados Unidos, Alemanha Ocidental, França, Japão e Inglaterra. Nos governos de executivo forte, o voto distrital leva ao condenável regime de partido único, como ocorre do México e nos países do bloco socialista. Em ambos os casos, como está comprovado historicamente, o voto distrital é uma atenuante marcadamente elitista. O poder econômico, nas ditas democracias capitalistas, usa-o como instrumento para consolidar seu domínio absoluto e absolutista sobre a chamada maioria silenciosa; e o poder político, nos regimes fortes, usa-o para silenciar qualquer tipo de oposição, através da fraude ou de abuso do poder.

Induzir os Parlamentares a debate do voto distrital, nesta angustiada fase de transição que atravessamos, quando nem sequer sabemos que sistema de governo nos governa, é, no mínimo, desacreditar definitivamente na competência e capacidade do Congresso Nacional em tratar de assuntos mais urgentes e mais sérios.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Theodorico Ferrão.

O SR. THEODORICO FERRÃO (PDS — ES. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, está em pré-julgamento a modificação introduzida pelo Governo, através de decreto-lei, na lei salarial. Temos assistido, aqui, a diversos pronunciamentos dos ilustres companheiros da Oposição contra este decreto. Não há de ser privilégio apenas dos Deputados e Senadores da Oposição defender os trabalhadores nesta Casa. Nós, embora ainda pertencentes aos quadros do Partido Democrático Social, também temos a nossa opinião e a nossa divergência. Somos contra essa modificação e defendemos os trabalhadores brasileiros. Como empresário que somos no nosso Estado do Espírito Santo, temos visto diariamente — e não será novidade para os

ilustres Ministros da área econômica ou trabalhista do Governo do Presidente Figueiredo — que as despesas que estão correndo no orçamento doméstico do povo brasileiro não se referem aos salários dos trabalhadores, que, diga-se de passagem, ainda recebem salários desumanos para manterem suas famílias.

Os juros cobrados aos empresários, recebidos pela classe bancária, oficializam a agiotagem no Brasil e são os responsáveis pela crise econômico-financeira dos maiores parques industriais ou dos menores parques da indústria brasileira ou do pequeno comércio. Haja vista uma indústria em Cachoeiro de Itapemirim, da qual participo, que, durante todo ano, só em juros pagou 150 milhões de cruzeiros e, em salários trabalhistas, apesar do INPS, Fundo de Garantia e outras obrigações incidentes sobre as folhas de pagamento, durante todo o ano, não alcançaram sequer a quantia de 100 milhões de cruzeiros, bem aquém do que se pagou de juros para desconto de duplicatas.

E para quem vai este dinheiro, Sr. Presidente e Srs. Congressistas? O City Bank, no Brasil, teve 375% de lucro em um ano, batendo todos os recordes mundiais das suas agências bancárias, inclusive a de Nova Iorque, onde tem sua sede. Os bancos particulares reclamam que já não agüentam mais esta política, que estão ganhando pouco. Culpam o Governo Federal, e aí eles têm razão, porque a Caixa Econômica e o Banco do Brasil pagam para que se fique em casa, dormindo, ganhando-se na poupança 7 ou 8% ao mês, o que automaticamente induz o industrial a vender 20 ou 30% do valor da sua indústria, acabando, assim, com problemas diários, e a aplicar o seu dinheiro na poupança, pois o Governo garante. Criou-se neste País a indústria dos preguiçosos, a indústria daqueles que vivem passeando; basta passar no final do mês na Caixa Econômica, nas financeiras ou nos bancos para receber 7, 8% da aplicação dos seus recursos.

Então, está na hora de uma reflexão nacional.

Li nos jornais de hoje as declarações do Líder Nelson Marchezan e me entusiasmei. Sabemos que o nosso Líder luta pelas causas populares, quando S. Ex.^a prega um diálogo, um entendimento entre os sindicatos, os trabalhadores e os Ministros da área econômica.

No mundo civilizado, os ministros conversam com o povo, porque representam o povo. E a mensagem, publicada hoje pelos jornais, do Sr. Nelson Marchezan, é uma janela que se abre na democracia brasileira, que nós, do PDS, que ainda estamos no PDS, apoiamos e com a qual concordamos integralmente, no sentido de que os Srs. Ministros dialoguem e conversem com os sindicatos que representam os trabalhadores, os verdadeiros artífices da grandeza nacional. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Elquisson Soares.

O SR. ELQUISSON SOARES (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, hoje, a imprensa noticia entrevista do Deputado Ulysses Guimarães mostrando a necessidade da mobilização de todo o povo brasileiro, no sentido de demover o Governo de realizar eleições indiretas para Presidente da República e de promover uma consulta à Nação sobre o voto direto, universal e secreto para escolha do futuro Presidente da República.

Essa campanha pelas eleições diretas para a Presidência da República surgiu na bancada baiana, como a imprensa já noticiou,

no dia em que o FMDB, pela primeira vez, se reuniu numa das dependências da Casa, nesta legislatura. A campanha é meritória e, indiscutivelmente, um tema de importância. Ainda nesse seminário, que está sendo realizado no auditório Nereu Ramos, os conferencistas, especialmente o Professor Hélio Jaguaribe, colocavam como tema fundamental para o reencontro do Estado com a Nação brasileira, a realização de eleições diretas para a Presidência da República.

Sem dúvida, Sr. Presidente, repito, é uma campanha que se faz necessária e que acredito virá mobilizar toda a Nação, interessada que está em arrancar o País do caos em que se encontra. Evidentemente, através das eleições diretas, abriremos caminho para esta solução. Mas, ao mesmo tempo, é preciso que o PMDB não permita que aflorem nomes como candidatos à Presidência da República. A advertência é válida pelo seguinte: as Oposições, no colégio eleitoral, previsto constitucionalmente, têm uma diferença de 28 votos para o PDS. Isto é a soma das Oposições. Portanto, o PMDB terá que contar com o PDT, com o PT e com o PTB, nesta caminhada.

Sei que nenhum dos partidos de Oposição tem posição contrária às eleições diretas, mas é muito importante que o PMDB concerte com os outros partidos de Oposição esta caminhada, na medida em que, juntos, os partidos opositoristas tenham uma oportunidade maior de mobilização do povo brasileiro neste sentido.

De mais a mais, Sr. Presidente, devemos salientar que o lançamento de qualquer nome inibiria os outros partidos, na medida em que eles também devem ter nomes que serão colocados no tabuleiro para uma escolha, de tal sorte que o partido não sofra prejuízos, nem desgastes, nem empurre os demais partidos, por uma questão de sobrevivência e até de interesse político-eleitoral, para outras situações que possam prejudicar os interesses das Oposições.

Gostaria, portanto, de fazer esta advertência aos dirigentes do meu partido, para que, com urgência, seja deflagrada a campanha pelas eleições diretas, mas que, com muito mais urgência ainda, seja concertado com os demais partidos opositoristas esta caminhada, porque também eles têm tanto interesse quanto o PMDB nas eleições diretas para Presidente da República.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado João Gilberto.

O SR. JOÃO GILBERTO (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é grave a situação na Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, universidade que congrega estudantes de cerca de metade dos Municípios daquele Estado. Nela, são difíceis as condições, tanto para a habitação dos estudantes pobres, oriundos de outros Municípios, quanto para a questão do transporte entre a Universidade e o Campus, transporte este que, no passado, era feito pela própria Universidade e que, posteriormente, foi privatizado, sendo feito por uma empresa particular que cobra, naturalmente, a passagem dos estudantes. Entre os problemas que acontecem na UFSM está o de uma Casa de Estudantes, ainda inconclusa, obras paralisadas mas infra-estrutura pronta, no próprio Campus. Os estudantes tomaram a decisão de ocupar Casa de Estudantes e, através de campanhas públicas, estão tentando dar-lhe o mínimo indispensável para que seja habitada. Entretanto, a Reitoria permanece numa posição inflexível e ameaça, inclusive, reprimir movimentos

dos estudantes que desejam tornar prioritária a conclusão da obra, em parte para enfrentar o problema da moradia.

Nós últimos dias, os acontecimentos no **Campus** da Universidade Federal de Santa Maria têm sido sérios. Deixamos aqui registrada a nossa preocupação e, ao mesmo tempo, a nossa solidariedade aos estudantes brasileiros na sua busca de que a educação seja prioritária, que a educação não seja transformada em mercadoria sujeita às regras de mercado e, mais do que isto, em mercadoria cara, como está acontecendo com a privatização crescente do ensino no Brasil e com as idéias que correm por aí de transformar o próprio ensino público e gratuito em ensino pago.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Parlamentar ligado à Situação, em nenhum momento pretendi insinuar sequer que o Governo seja o dono unilateral da verdade. E o mesmo conceito atribuo também à nobre Oposição brasileira. Entendo, Sr. Presidente, que, quando o Governo submete à apreciação do Congresso Nacional uma matéria do porte da tese da Lei Salarial, é fundamental que primeiro se faça uma análise profunda a respeito dessa matéria, para que se possa deflagrar uma campanha favorável ou desfavorável à sua aprovação.

Sabemos, Sr. Presidente, que a intenção do Governo, quando propôs os critérios inseridos no Decreto-Lei que este Congresso vai apreciar, foi, acima de tudo e tão-somente, a de dar estabilidade e segurança ao mercado de trabalho, mas nunca, jamais, nem por ilação ou insinuação, a de pretender massacrar a sofrida classe trabalhadora deste País.

O Ministro do Trabalho tem uma posição definida em relação à política salarial, que retrata, a rigor, o pensamento do Governo. Não vamos dizer, porque jamais seríamos leviano, que o salário percebido pelo trabalhador brasileiro seja condizente com suas necessidades. Não é, Sr. Presidente. Nós, do PDS, e o Governo sabemos perfeitamente das dificuldades que o trabalhador enfrenta nesta conjuntura difícil não apenas da vida nacional, mas também da vida universal. Todavia, pergunta-se como poderia o Governo optar por uma política salarial suicida, em resultado da qual, para se curvar às críticas e às exigências de certos segmentos das oposições, ele tivesse de tornar vulnerável o mercado de trabalho que aí está? Se o Presidente Figueiredo, que possui elevados sentimentos, pudesse dar ao trabalhador brasileiro 20 salários mínimos, não hesitaria em fazê-lo, porque a bondade é inerente à sua índole e ao seu coração. Mas há conflito entre o empregado e o empregador. O empregado diz sempre que ganha pouco, e o empregador diz sempre que paga muito.

Temos de encontrar o meio-termo, Sr. Presidente, para equacionar o problema. E não foi sem razão que, ontem, os Líderes do nosso Partido, no Senado e na Câmara, assim como o Presidente do nosso Partido, Senador José Sarney, foram dialogar com o Ministro do Trabalho. E quaisquer que sejam as alternativas que se levantem em torno do problema, a conclusão é sempre a mesma: mudar o que está aí é colocar em risco o mercado de trabalho e provocar uma recessão que, assimilada no processo de inflação como este que estamos atravessando, geraria o caos, do qual só o dedo de Deus seria capaz de nos arrebatara.

Concluo, Sr. Presidente, fazendo um apelo: não bastam as críticas, não basta dizer que a classe trabalhadora está necessitada de melhor salário. Isso é óbvio. E não há coração empedernido neste País que não sinta esta realidade, mas é preciso passar da palavra à ação. É preciso que a Oposição, que tanto critica a política salarial, diga se tem uma fórmula mais suave, mais compatível com a realidade, para que ela seja estudada à luz do bom senso e do entendimento. Do contrário, temos de ficar com a alternativa do Governo, porque ela não foi elaborada levemente, mas foi produto de uma pesquisa aprofundada, de um estudo muito sério, e a conclusão é esta que aí está. Temos uma política de bom senso, de racionalização dos espíritos, e vamos adotá-la até que novas alternativas surjam, para que possamos revê-la sem o espírito de agridimento e tendo em vista a necessidade imperiosa do trabalhador neste País.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Com a palavra o nobre Deputado Egídio Ferreira Lima.

O SR. EGÍDIO FERREIRA LIMA (PMDB — PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a presença, na tribuna, do Vice-Líder do PDS, Deputado Jorge Arbage, faz com que eu venha tecer algumas considerações a respeito de sua palavra.

O PMDB, hoje um partido maduro, feito na luta, no sofrimento, vindo do MDB, está muito ciente da gravidade do momento. Talvez com mais consciência desse problema do que o próprio Governo, já que o mesmo não se vem conduzindo com isenção e com a objetividade que a gravidade da hora está a exigir. Mas digo ao Deputado Jorge Arbage que não estaremos exagerando se dissermos que toda a filosofia do modelo econômico imposta após 64 foi dirigida no sentido de criar no País um mercado consumidor limitado quando muito a 5% da população. O restante, os 95% da população brasileira, a grande maioria, seria marginalizado, daria apenas mão-de-obra barata e não custosa, para que a minoria privilegiada pudesse consumir sofisticadamente para atender aos interesses dos grupos internacionais que determinam a nossa economia. Essa filosofia vem sendo conduzida de modo cruel e impiedoso pelo Sistema, com a modificação de índices, sua adulteração, isso no Governo Médici, a tentativa agora em relação ao IBGE, a alteração da lei salarial.

Quero dizer ao Deputado Jorge Arbage que não desconheço os sentimentos do Presidente da República, mas exigimos, como partido e como representantes da Nação, que S. Ex.^a assuma a consciência do momento, que S. Ex.^a se aperceba da sua gravidade e se comporte com a responsabilidade que o cargo lhe impõe e confere, tenha a grandeza de se dirigir à Nação, correndo os riscos de um processo democrático, porque não se faz democracia sem que os trabalhadores, livremente, reivindiquem os seus direitos e se reúnam em sindicatos, não se faz democracia sem tumulto, sem debates nas ruas, sem greves. Esses são movimentos próprios de um regime democrático, e o Governo deve ter condições, autoridade e credibilidade para que o diálogo se estabeleça livremente entre empregadores e empregados e não esteja a ver fantasma, a identificar subversivos, terroristas, com a intenção de derrubar o Governo, de ferir a segurança do Estado em todo e qualquer movimento.

O momento é grave. Não pretendo fazer efeito, não estou querendo criar suspense, se disser aqui, tentando antecipar o pro-

cesso histórico, que este ano ainda teremos graves fatos. Ou este País modifica o seu destino, o seu rumo, assumindo os riscos de um processo democrático, com eleições diretas em todos os níveis e com a reposição da ordem institucional por uma Constituição vinda do povo, ou teremos a alternativa do caos e da guerra civil.

Não estou aqui para criar suspense, nem para trazer o terror ao espírito e à mente dos Srs. Congressistas. Estou absolutamente certo, porque acompanho o processo histórico. Sou isento na análise política, porque não tenho pequenez ao examinar a atitude do adversário. Por isso, digo que estamos no limiar, no portal de grandes e graves acontecimentos. É necessário que se dê densidade, honestidade e grandeza ao debate nesta Casa, porque, dentro de mais alguns meses, seremos, todos nós de todos os partidos, chamados a procurar clareiras e caminhos para o caos econômico, social e institucional em que o País se encontra e que se aproxima de sua fase mais grave e perigosa.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Edilson Lobão, como Líder de bancada.

O SR. EDISON LOBÃO (PDS — MA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Deputado Egídio Ferreira Lima, no exercício da Liderança do PMDB, faz algumas considerações sobre a boa intenção e o espírito democrático do Presidente João Figueiredo. Afinal, ouvimos algo de positivo, vindo da consciência oposicionista, o que é raro e extremamente escasso neste plenário. Mais adiante, S. Ex.^a traça um quadro apocalíptico para a Nação brasileira e declara que estamos à beira do caos e da guerra civil.

Que triste presságios nos vêm da Oposição: o caos e, mais do que o caos, a guerra civil. Que tragédia! Mas toda essa tragédia armada, pensada e suposta pela nobre Oposição pode ser evitada com um simples passe de mágica: com a Assembléia Nacional Constituinte. Eis aí o remédio miraculoso para todos os problemas que hoje angustiam o Brasil e que, por extensão, nobre Deputado Egídio Ferreira Lima, poderemos dizer, angustiam o mundo inteiro. Aí está a receita formidável, fantástica, para que o mundo se livre do caos e da guerra civil: uma mera Assembléia Nacional Constituinte, sobre a qual o Deputado Egídio Ferreira Lima já falou aqui, outro dia. Eu até não gostaria de voltar ao assunto, mas, como S. Ex.^a torna a debatê-lo, tenho que repetir a mesma coisa que disse da vez passada. Sentado nessa cadeira esteve o Senador de São Paulo, Orestes Quêrcia, autor do projeto de convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. No dia da votação, estávamos eu e ele em plenário, eu solidário com a sua solidão nessa cadeira. Não estava o Líder da Oposição, não estava sequer o Presidente do PMDB para dar apoio ao Senador Orestes Quêrcia, e o que se votava era uma emenda constitucional que exigia **quorum** qualificado. A Oposição aqui não compareceu. Portanto, a Assembléia Nacional Constituinte, que é hoje o remédio para todos os males nacionais, naquela ocasião, há bem pouco tempo, não era. Tanto não era que a Oposição não compareceu. Sr. Presidente, ouvi o Deputado Egídio Ferreira Lima dizer que o Governo não conduz com isenção as dificuldades nacionais e o problema salarial. Ora, o problema salarial neste País é grave, como é grave também no mundo. Hoje não se pode dissociar as dificuldades em que vive o Brasil das dificuldades em que vive

o mundo. Mas o Brasil, através de suas autoridades, conduz com seriedade e competência nossos problemas econômicos e sociais. Ou será que a nobre Oposição deseja que compliquemos cada vez mais a situação nacional para, aí sim, chegarmos ao caos por ela previsto? Se é isto que a Oposição deseja, isto ela não terá, porque somos Governo e somos responsáveis. O domínio da irresponsabilidade não pode ocorrer a um Governo sério, e, por conseguinte, não ocorre a este Governo.

Sr. Presidenta, eram estas as objeções que desejava fazer neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O Sr. Egídio Ferreira Lima — Sr. Presidente, pela Liderança, tenho direito a 20 minutos. Devo ter gasto cerca de 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — V. Ex.^a já falou como Líder por 20 minutos. V. Ex.^a encerrou o tempo que lhe era destinado no exercício da Liderança.

O Sr. Egídio Ferreira Lima — Ocupei todos os 20 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — V. Ex.^a não ocupou, mas encerrou a primeira fala. V. Ex.^a tem direito uma vez a falar a qualquer momento por 20 minutos.

O Sr. Egídio Ferreira Lima — Não, não. O Regimento...

O Sr. Jorge Arbage — Só na Câmara.

O Sr. Egídio Ferreira Lima — Só na Câmara? Mas, Sr. Presidente, quero apenas uma permissão, e V. Ex.^a pode fazer isso. Houve referência expressa...

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Por imperativo regimental, nobre Deputado, esta Mesa, mesmo lamentando,...

O Sr. Egídio Ferreira Lima — Não quero tumultuar, mas ontem o nobre Presidente, na Presidência, concedeu a palavra, se não me engano, ao Deputado Paulo Mincarone para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — É caso completamente diferente. A Mesa vai esclarecer a V. Ex.^a S. Ex.^a fora citado nominalmente da tribuna. Teve 10 minutos para defender-se.

O Sr. Egídio Ferreira Lima — O Vice-Líder Edison Lobão citou-me expressamente, dizendo, inclusive, que eu estava...

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — V. Ex.^a, então, não pediria a palavra como Líder, mas como Parlamentar, para defender-se?

O Sr. Egídio Ferreira Lima — Correto.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra a V. Ex.^a nestes termos.

O SR. EGÍDIO FERREIRA LIMA (PMDB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em primeiro lugar, devo afirmar que aceito a correção feita por V. Ex.^a do equívoco com referência ao Regimento. Em seguida, quero dar uma explicação. O Deputado Edison Lobão está-me conhecendo agora, vai conviver comigo durante pelo menos quatro anos e espero que cheguemos ao final do mandato, que espero não venha novamente a ser interrompido.

Quero dizer ao Deputado Edison Lobão que em toda a minha vida, como militante do MDB e agora do PMDB — e foi o único partido que tive na vida, antes fui magistrado — nunca preguei o apocalipse. Sou homem que acredito que as coisas mais graves e sérias, os momentos mais inquietantes e perplexos têm sempre uma saída

e um caminho, desde que os homens busquem dentro de si criatividade, senso de responsabilidade, capacidade e uma visão de líder, de político e de estadista. Quero dizer também, em consequência disto, que estou perfeitamente ciente da gravidade destes momentos e sei que o Deputado Edison Lobão, capaz e inteligente, também está tão ciente como eu, ou até mais ciente e mais apreensivo, da gravidade deste momento. Quanto à Constituinte, com a sua inteligência inclusive a sua vivência como homem que escreve, lê e indaga, o Deputado Edison Lobão tenho certeza de que a Assembléia Nacional Constituinte não é tese verbosa, não é criação de esquerdistas exacerbados. A Assembléia Nacional Constituinte está no caudal da formação histórica, constitucional e política deste País.

Este País sempre se reconstituiu. As instituições sempre foram repostas nos momentos de grandes transições e de grandes rupturas, implacavelmente, inexoravelmente, por intermédio de uma Assembléia Nacional Constituinte. Assim, em 1822, quando da Independência, pouco importa que Pedro I tenha dissolvido essa Assembléia: ele aproveitou e outorgou o próprio projeto votado pela Assembléia. Assim aconteceu quando da Proclamação da República, depois da Revolução de 30 e em 45. Isto só não deu certo, Deputado Edison Lobão, só não aconteceu quando o Presidente Humberto Castello Branco — em quem eu reconhecia capacidade de perceber o caminhar do processo histórico e de repor a ordem jurídica após 64 — elaborou em gabinete um projeto de Constituição e remeteu-o a um Congresso que não tinha legitimização, nem poder específico para votar uma Constituição. Essa Constituição, assim artificialmente elaborada, foi a Carta mais efêmera, menos duradoura que tivemos, porque, ao primeiro vendaval, com o Ato Institucional n.º 5, foi inteiramente banida e substituída pela Emenda Constitucional n.º I.

Se defendo a Constituinte, não estou apenas declamando palavras, não estou proclamando a tese, racionalizando-a e querendo exibir-me com ela. Estou indo ao veio da História, à formação deste País; estou apontando o único caminho capaz de repor as instituições, de dar credibilidade aos Poderes e de legitimar este Poder. Pouco importa que este Congresso tenha ficado deserto no momento em que se votava um projeto do então Senador Orestes Quêrcia. O Deputado Edison Lobão, o Sr. Presidente e os Srs. Congressistas sabem que, em política, há o instante próprio para que sejam praticados os grandes atos, e a Constituinte, naquela hora, não tinha como ser votada. O Deputado Edison Lobão usa o argumento, e o faz no seu direito de Vice-Líder do PDS, mas sabe que naquele momento a emenda constitucional não teria êxito em hipótese alguma, pois não havia chegado a hora, o momento histórico, o instante exato, que é preciso captar em política, para que fosse convocada a Assembléia Nacional Constituinte. O poder autoritário, o regime forte, ainda era pleno em suas exigências, em seus poderes e em suas bases e, naquela hora, seria frustrada a tentativa. Por isso esta Casa estava vazia. Era esta a intuição de todos e do MDB, que não queria naquele momento tecer apenas discussões estereis sobre a sua tese fundamental, porque não é só sua: é do Deputado Edison Lobão também, é do PDS.

Tenho certeza absoluta de que os parlamentares conscientes do PDS, no seu íntimo, sabem que caíremos todos numa Constituinte, hoje ou amanhã. Terá que ser logo, porque eles sabem também que a alternativa única seria a guerra civil, que poderá vir hoje ou amanhã. Essa guerra civil não está sendo apontada ou constatada por mim,

mas pelo Governador Tancredo Neves, que o PDS tanto elogia nesta Casa e cujo pensamento procura torcer para jogá-lo contra o seu próprio partido, quando a sua conduta política tem sido árdua, correta e certa.

Todos nós, Sr. Presidente, o PDJ, o PMDB, o PT, o PTB, o PDT, sabemos que vamos cair numa Constituinte. O que precisamos fazer é ter a coragem de afirmar que este realmente é o nosso caminho, deixar de simular nesta Casa, pela imprensa e nas praças públicas, e tornar expedita a pregação da Constituinte, a fim de fazer com que o povo perceba realmente o seu alcance e a solução única que ela é para a reinstitucionalização do País.

Muito obrigado a V. Ex.^a, Sr. Presidenta.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Com a palavra o nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, divulga a imprensa de hoje que o Juiz Titular da 2.^a Auditoria do Exército, Helmo Sussekund, rejeitou ontem a denúncia feita, com base na Lei de Segurança Nacional, contra o jornalista José Carlos de Assis, da *Folha de S. Paulo*, a pedido do Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel.

Para o culto e independente magistrado, não se configurou crime contra a segurança nacional na matéria publicada, que denunciava o desvio de cerca de 10 milhões de dólares por parte de três diretores da CAPEMI, encarregados do desmatamento da área da futura represa de Tucuruí.

Entendemos que a lúcida decisão deva marcar um capítulo importante na vida de nossa Nação, alertando os que, tomados pelo excessivo desejo de servir, perdem a sua identificação verdadeira, tantas vezes preocupados em conter as informações que possam de alguma maneira macular o Governo a que servem. No desespero de servir, esquecem que a divulgação de fatos, longe de desservir o Governo, como acreditam na verdade ajuda o Governo bem-intencionado e que se disponha a seguir o melhor caminho, para o que até a busca da verdade faz parte.

Nossos cumprimentos ao ilustre Juiz Auditor, Helmo Sussekund, que livrou, com o acerto de sua decisão inteligente e culta, o jornalista José Carlos de Assis, que nem conheço pessoalmente, da situação profundamente aflitiva de ter de responder por crime contra a segurança nacional, remetendo a espécie para o adequado caminho da Lei de Imprensa, onde, inclusive, o jornalista poderá provar a verdade de suas afirmações e melhor deslindar a divergência.

Seja realmente esta decisão um marco, um sinal, um luzeiro para que o uso da Lei de Segurança se contenha na excepcionalidade desse diploma legal, acabando com a verdadeira psicose de que se acham possuídos todos aqueles que, em alguma posição do Poder, se transfiguram e passam a ser mais realistas do que o próprio rei. Enquanto não se sepulta a Lei de Segurança, que o seu uso se faça adequadamente, deixando de ser o dito diploma legal a arma que atemoriza e tantas vezes até silencia a Nação brasileira, que precisa reencontrar-se com a realidade, e, para tanto, as verdades devem ser ditas.

O Sr. Edison Lobão — Sr. Presidente, peço a palavra para uma explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra a V. Ex.^a, que foi citado pelo orador.

O SR. EDISON LOBÃO (PDS — MA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, prometo ser muito breve. Desejo evitar a citação de nomes, para que não fiquemos discutindo até o final do expediente. Desejo apenas dizer que debater com o nobre Deputado de Pernambuco — é uma tentativa de evitar a citação pessoal — é estimulante, sobretudo quando se trata de fatos históricos. Mas S. Ex.^a nos traz aqui duas fases: uma fase histórica mais antiga, em relação à qual não tenho qualquer objeção, pois se trata de fatos verdadeiros; e uma fase histórica mais recente, em relação à qual devo ter algumas objeções.

Sr. Presidente, não sou inteiramente contra a Constituinte. Ela é um remédio para certos momentos históricos e políticos, notadamente nos instantes de ruptura do regime, o que não é o caso presente. O regime funciona com todas as suas franquias e instituições. Portanto, quando se prega com tanto ardor uma Constituinte, de fato o que se está prevendo é uma ruptura do regime, o que não vai ocorrer — garanto a S. Ex.^a

Sr. Presidente, quando diz o Líder do PMDB que, nesta Casa, foi apenas um exercício meramente intelectual a proposta de convocação de uma Assembleia Constituinte, eu tomaria a liberdade de redarguir, dizendo que quase todas as Lideranças do PMDB, em passado recente, há um ano, tiveram essa iniciativa, e todas elas declaravam que a Constituinte era uma espécie de panacéia política para todos os males. Portanto, esta não foi uma iniciativa escoteira de um eminente ex-Senador, hoje Vice-Governador de São Paulo. Era uma iniciativa de toda a Oposição, mas, sobretudo, uma iniciativa na qual a própria Oposição não acreditava. E'a pregava aquilo em que não acreditava, como ainda o faz hoje.

Sr. Presidente, o Deputado de Pernambuco acaba de dizer — e eu pediria a sua atenção — que o Presidente Castello Branco organizou uma Constituinte que não tinha fundamentos e, por isso mesmo, fracassou. Não, não fracassou. O Presidente, no seu gabinete, assessorado pela elite pensante do Direito em nosso País, redigiu um projeto. Em seguida, enviou-o ao Congresso. Esse projeto foi profundamente alterado numa Comissão Especial presidida pelo Deputado Pedro Aleixo, então eleito Vice-Presidente da República, e da qual participaram eminentes membros da Oposição. E diria a V. Ex.^a que um dos mais atuantes foi o Senador Josaphat Marinho, um grande jurista da Oposição, um grande baiano, do qual temos saudades nesta Casa. Aquele projeto de uma Constituinte tornou-se uma Constituição, a Constituição de 1987, que é o que há de melhor neste País em matéria de Constituição. Fez-se ali um trabalho primoroso em matéria de Constituição, que foi desgrazadamente derogada, como diz V. Ex.^a, por uma emenda constitucional. Quisérámos nós que aquela Constituição retornasse agora, íntegra, porque foi um dos melhores trabalhos, repito já realizados neste País. Portanto, V. Ex.^a peca quando diz que a Constituição era imprestável, porque feita por quem não tinha autoridade. A autoridade era integral deste Congresso, não só por ser Congresso, mas também poder constitucional, e ainda por ter-se transformado numa Assembleia Constituinte. Este é um fato recente, que pediria a V. Ex.^a permissão para restaurar.

Devo dizer a V. Ex.^a o seguinte: uma Assembleia Constituinte tem sido, neste País e em outros países, solução para os grandes problemas políticos, para as crises políticas monumentais. Mas a nossa crise hoje é econômica, não é política. E Constituinte não

resolve nenhum problema econômico. Se resolvesse, eu próprio estaria de mãos dadas com V. Ex.^a, lutando pela Constituinte, porque, tanto quanto V. Ex.^a, quero o bem deste País. Constituinte não resolve nenhum problema econômico, nunca os resolveu, jamais vai resolvê-los. Esta é a verdade. Não podemos empulhar a opinião pública com petas políticas.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilton Alves.

O SR. NILTON ALVES (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de trazer a esta Casa reclamações que estamos recebendo de colônias de pescadores do Rio Grande do Sul, reclamações essas que visam exclusivamente a denunciar a falta de interesse da SUDEPE — Superintendência de Desenvolvimento da Pesca — em realizar uma fiscalização efetiva dos barcos pesqueiros — pesca industrial — nas costas do Rio Grande do Sul, onde esses barcos pescam em áreas proibidas.

E se fosse somente isso, Sr. Presidente, não seria tão absurdo, como absurda é a ação da pesca industrial. Os barcos pesqueiros ali realizam nada mais, nada menos, do que um trabalho predatório, utilizando equipamentos proibidos, as chamadas malhas de arrastão, de três bitolas — malha maior, malha média e malha pequena. É o legítimo arrastão, colhendo o peixe em formação, o miúdo e o grande. Os peixes que não servem para a indústria são jogados fora, e as costas do Rio Grande do Sul ficam inundadas por azeites pequenos peixes, que, mortos, ali vão dar.

Sr. Presidente, a denúncia não fica somente aí. Há falta de interesse da SUDEPE em ajudar os pescadores artesanais que, espalhados pelo Brasil afora, são mais de 400 mil. O Superintendente da SUDEPE Sr. Roberto Ferreira do Amaral, anunciou que conseguiu do Banco do Brasil, para auxiliar a pesca industrial, cerca de 15 bilhões de cruzeiros para este exercício. Ao constatar, Sr. Presidente, esta grande comunidade pesqueira artesanal no Brasil — repito — somando mais de 400 mil pessoas, vivendo em estado de miséria, de exploração, perguntamos-nos o que a SUDEPE tem feito até agora para diminuir o sofrimento e a angústia desse pequeno pescador que vive exclusivamente de sua pesca? Explorados, não contam eles com qualquer assistência.

Ainda hoje, em conversa com o Deputado Mário Juruna, S. Ex.^a, também nos informava de que recebera dezenas de reclamações de pescadores do Estado de Mato Grosso, do rio da Morte, onde milhares também vivem em estado de miséria, explorados, pois o intermediário compra o pescado a preços aviltados e se enriquece à custa da pobreza e do trabalho do pescador daquela região.

Sr. Presidente, fica registrada nos Anais esta denúncia.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Com a palavra o nobre Deputado João Faustino.

O SR. JOÃO FAUSTINO (PDS — RN. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, abate-se sobre o Rio Grande do Norte a maior seca deste século. Cento e trinta e dois Municípios, dos 151 existentes, estão vivendo os momentos mais amargos de sua história. A fome, o desemprego e o agudo estado de pobreza tomam conta dessa região brasileira, disseminando nas populações inquietação e gestos de desespero de quem pede clemência e deseja a preservação da própria vida.

Nas feiras das cidades quase nada é comercializado e a permanente ameaça de saques deixa os pequenos e pobres comerciantes intranquilos e, ao mesmo tempo, temerosos com o iminente gesto de violência.

O Governo Estadual decretou emergência em toda área onde os reflexos da seca são mais acentuados e graves.

São cinco anos de sofrimento, sem produção, sem trabalho, sem lavoura, os rebanhos reduzidos a menos de 30% dos existentes em 1978, quando o inverno foi regular e abundante.

Associa-se a esse quadro a aguda crise econômica que envolve o nosso País, cujos reflexos no Nordeste são mais desastrosos e insuportáveis.

Diante desse contexto, assume no Rio Grande do Norte um novo governante, surgido pelo voto popular, comprometido com o povo, principalmente com os mais pobres, demonstrando ilimitado espírito público para conviver com esta realidade e a ela dedicar o seu esforço, idealismo e inteligência.

Os norte-rio-grandenses, apesar de toda a adversidade que enfrentam, estão confiantes nas ações que serão empreendidas pelo Governador José Agripino, objetivando a superação dessa grave crise que domina todos os setores da vida econômica e social do Estado.

A realidade angustiante do Rio Grande do Norte está a exigir medidas urgentes a serem adotadas conjuntamente pelo Governo Estadual que se instala e pelo Ministério do Interior.

1) Amplo recrutamento dos trabalhadores para ingresso num plano de emergência;

2) adoção de uma linha de crédito especial destinada à sobrevivência das propriedades e dos proprietários rurais;

3) apoio às prefeituras para que executem obras prioritárias, absorvendo a mão-de-obra existente nas cidades;

4) convocação das cooperativas para que, devidamente instrumentalizadas, participem de um programa de atendimento aos seus cooperativados atingidos pela seca.

Essas medidas se tornam inadiáveis, e somente com elas poderemos amenizar o sofrimento de milhares de brasileiros, esperançosos, até quando não sabemos, de melhores dias.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Carone.

O SR. JORGE CARONE (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em primeiro lugar quero apoiar a emenda constitucional que concede aposentadoria aos policiais com 25 anos de serviço. Com toda sinceridade, não era meu pensamento falar hoje nesta Casa. Mas não é possível que o **Diário do Congresso Nacional** publique um discurso em que se defende o decreto do Governo referente à lei salarial. Tenho que protestar. O que o Governo deve fazer é evitar o aumento dos juros. Estou certo quando digo que uma revolução criada por um banqueiro só poderia dar na cobrança da taxa 25% de juros, como aconteceu com essa. Lembro aos nobres colegas que o funcionalismo público só recebeu 70% de aumento, quando a inflação é de mais de 100%, e que existe um projeto, há muito tempo em tramitação, para conceder o 13.º salário aos funcionários federais.

Não estou aqui para discutir apaixonadamente, apesar de ter sido afastado de

madrugada da Prefeitura de Belo Horizonte por forças militares e pelo Governo do Estado. Estou aqui para trabalhar, mas não é possível que alguém defenda, nesta hora, um decreto que proíbe o reajustamento salarial. Sabemos das dificuldades, inclusive com as contas de água, luz e telefone sempre sendo reajustadas. Passamos a não acreditar na mão estendida do Presidente, porque, na mesma hora em que fala em estender a mão aos políticos, massacra as classes salariais, coloca a classe média em dificuldades. Ninguém pode suportar a situação que aí está.

Sempre se afirmou que quem entra à força só sai à força, e os ladrões só entregam o fruto do roubo à polícia. Minha Prefeitura foi roubada por um ato institucional, na base da força. O que precisamos fazer aqui é tentar resolver os problemas econômicos do País. Mais até do que uma Constituição, porque, ao contrário, o povo vai para as ruas e, quando isso acontecer, não adiantará mais apresentar sugestões.

Então, pediria à bancada do PDS que olhe com interesse o problema salarial, porque ninguém pode sobreviver num País onde morre de fome, uma criança por minuto.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Cardoso Alves.

O SR. CARDOSO ALVES (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ontem, por ocasião de sua posse no Senado da República, o nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, em razão, é certo, de pesquisas que fez ou de conhecimentos que tem, tratou de assunto referente ao quadro de funcionários daquela Casa, abordando a questão da influência que nele têm os Srs. Senadores.

Não entro no assunto, porque não o conheço, por ser ele da responsabilidade exclusiva do Senador Fernando Henrique Cardoso e por dizer respeito aos eminentes membros daquela augusta Casa do Congresso Nacional. Mal S. Ex.^a acabava de falar, contudo, à sorrelfa, à socapa, apareceram em plenário cópias xerografadas do contra-cheque de pagamento da funcionária Carmem Montoro Ventura. Não fosse a profunda injustiça da insinuação, não fossem as qualidades da funcionária, e eu permaneceria ali, Sr. Presidente, sentado, no plenário, ouvindo outros discursos.

Quero deixar bem claro que não venho, neste instante, à tribuna, defender o Governador. Acho que o Governador é um homem público no sentido estrito, modesto, proficiente, dedicado, trabalhador, e foi um dos mais ilustres Senadores que perlasturaram o Senado da República. Sua declaração de bens foi publicada, há poucos dias, no "Diário Oficial de São Paulo". É um homem modesto, sem nenhuma ligação com qualquer grupo econômico, que viveu até hoje do fruto do seu trabalho. Mas a funcionária, sim, é sua irmã. Sacrificou-se durante boa parte de seu tempo, servindo ao Senador, como sempre serviu ao Deputado Federal e ao Deputado Estadual, na qualidade de sua secretária. Funcionária pobre e dedicada, realmente não reside em Brasília, como muitas funcionárias desta Câmara e do Senado, que, contudo, prestam a Deputados e Senadores os melhores serviços. De quanto o seu salário no *hollerith* apresentado? De 168 mil cruzeiros. O PDS se alvoroça, mas o que é isso diante das mordomias? O que é isso perante as nomeações de muitas famílias do PDS, inclusive em São Paulo, para cargos da maior importância?

Trata-se, Sr. Presidente, da nomeação de uma senhora trabalhadora, que precisa desse salário, que honra seu emprego, que hon-

ra o funcionalismo do Senado e que serviu com grande dedicação ao seu irmão, que hoje não está sujeito mais ao juízo do PDS. Ele já foi julgado pelo povo de São Paulo e, numa eleição consagradora, massacrou o partido que há 18 anos infelicitava este País.

Sr. Presidente, quero deixar aqui o meu protesto pela maneira soez e deselegante com que, à socapa, se tenta, no Senado da República, em resposta a Fernando Henrique Cardoso, atingir aquele que foi um dos mais eminentes dos seus membros, o Governador Franco Montoro. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Deputado Samir Achôa.

O SR. SAMIR ACHÔA (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, face ao fracasso absoluto da Previdência Social em nosso País, por culpa e obra do Governo, surgiram instituições ditas de amparo à saúde, as quais obtêm grande sucesso, uma vez que todos nós sabemos que, mesmo pagando à Previdência Social, não seremos objeto da proteção principalmente à nossa saúde, enquanto vivermos, por aquela entidade. Dentre essas empresas — e não a cito apenas, aponto-a como exemplo — existe a Golden Cross que alardeia, através de propagandas custosas, que, aliás, devem ser objeto até de apreciação mais profunda por parte do CONARP e de outros órgãos de fiscalização, que o cidadão, ao ingressar num hospital, sendo participante do seu plano internacional, não precisará usar dinheiro. Mentira, inverdade, desonestidade. Essa propaganda deve ser retirada do ar pelo órgão competente, que é o CONARP, ao qual já recorri por telefone. Mas a Golden Cross a par da sua propaganda enganosa, oferece também planos enganosos, porque existe uma tabela médica que absolutamente não atinge nenhum percentual razoável daquilo que é cobrado num hospital. Cito o meu exemplo, porque sei que são muitos, milhares os exemplos de associados da Golden Cross. Estive internado. Ao sair do hospital, fui obrigado a pagar todos os médicos, todos os exames, para ser reembolsado em cerca de 60% apenas do que paguei, um ou dois meses depois. Há necessidade de que o Governo, ao conceder esses benefícios particulares para aproveitadores da saúde pública, faça tais concessões com critério.

A exemplificar ainda mais a impropriedade dessas organizações que devem ser imediatamente fiscalizadas, está diariamente nas rádios de todo o Brasil o esclarecimento, prestado por *expert* em Imposto de Renda, de que os contribuintes desse tipo particular de Previdência Social têm direito a dedução até determinado limite. Esclarece, porém, aquele entendido no assunto que no ano de 1982 não há possibilidade desse desconto, porque nenhuma das entidades foram ainda reconhecidas pelo Governo.

Como podem operar em nosso País entidades que dão suporte aparente à Previdência Social, cobrando aquilo que bem entendem, fazendo uma propaganda enganosa, quando o próprio Governo, ao esclarecer as deduções do Imposto de Renda, estabelece que nem a Golden Cross, nem outra qualquer entidade desse jaez no Brasil estão a merecer o benefício do desconto no Imposto de Renda da pessoa física? Esse esclarecimento é prestado pela Receita Federal.

Ora, quando tomamos conhecimento de que há uma baderna total nesse setor em nosso País, que a Previdência Social fracassou, faliu, havendo necessidade de entidades particulares para socorrer aqueles que não se podem valer da Previdência Social e

que esses particulares pagam de seu bolso não somente a Previdência Social oficial, mas também a essas entidades, urge que se exerça uma fiscalização maior.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, faço um apelo aos responsáveis pelo setor, no sentido de que imediatamente tomem providências, para que essas entidades prestem assistência total, ou, então, parem de funcionar, para que não tenhamos novas Delfins, novas Capemis, que lesam não só a economia popular diretamente, como o Erário Público.

Esta a nossa preocupação, que, aliás, a própria Receita Federal reconhece: tais entidades ainda não dispõem da credibilidade ou da estrutura jurídica necessária, que permita a seus contribuintes o abatimento do benefício no Imposto de Renda. Portanto, oficialmente elas não existem. Solicito também ao CONARP, que é uma entidade privada, que mande retirar do ar a propaganda enganosa da Golden Cross, por não refletir aquilo que procura induzir no espírito dos consumidores brasileiros.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrado o período destinado a breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Presidência comunica ao plenário que, nos termos do § 3.º do art. 51 da Constituição, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional n.º 22, o o Projeto de Lei n.º 33, de 1982-CN, que cria o Registro Nacional de Transportes Rodoviários de Bens, fixa condições para o exercício da atividade e dá outras providências, deverá ser incluído em Ordem do Dia, em regime de urgência, em 10 sessões subseqüentes, em dias sucessivos, a partir de hoje, em horário a ser oportunamente determinado, uma vez que não foi apreciado no prazo estabelecido no § 2.º do citado dispositivo Constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 48, de 1982, que dispõe sobre a aposentadoria dos Servidores Policiais sob o regime estatutário e da Consolidação das Leis do Trabalho aos vinte e cinco anos de serviço, acrescentando dizeres ao art. 165 do texto constitucional no seu item XX, tendo

PARECER, sob n.º 105, de 1982-CN, da Comissão Mista, pela aprovação da Proposta, com voto contrário do Senhor Senador José Fragelli.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

— A proposta de emenda à Constituição exige "quorum" qualificado para deliberação. Sendo evidente a inexistência desse "quorum" em plenário, deixa de ser procedida a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Presidência convoca Sessão Conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 49, de 1982, que dá nova redação ao § 4.º, acrescenta parágrafos e renúncia os atuais §§ 5.º e 6.º do art. 144 da Constituição Federal, dispondo sobre os vencimentos da magistratura.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 12 horas e 30 minutos.)

Ata da 34.^a Sessão Conjunta, em 23 de março de 1983

1.^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47.^a Legislatura

Presidência do Sr. Moacyr Dalla

AS 19 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevyr Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Nilo Coelho — Guilherme Pa'meira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Eneas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Artur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Valdo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athaide — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jaime Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar —

PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathan Nunes — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Manoel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Moisés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingit Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aloísio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raimundo Asfora — PMDB; Tarcisio Burity — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Coelho — PDS; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Flúza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; Fernando Collor — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Ana — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvyr Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Tei-

xeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Garcia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raimundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildáasio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Argilano Dario — PMDB; Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Luiz Baptista — PMDB; Max Mauro — PMDB; Mirthes Bevilacqua — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Aguinaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Dasso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Júlio Caruso — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PMDB; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castelon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro Filho — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Aparecido — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luis Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nilton Velloso — PDS; Oscar Corrêa — PDS; Osvaldo Murta — PMDB; Ozanan Coelho — PDS; Paulino Cícero de Vasconcelos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Felipe Cheidde — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gasthonne Righi — PTB; Glória Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias Novaes — PMDB; Ivete Vargas — PTB; João Bastos Soares — PMDB; João Cunha — PMDB; João Hermann — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoino — PT; Maluly Neto — PDS; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Codo — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irupuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro da Silva — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio de Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Ferraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Maurício Fruet — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Cacildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Meiro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Viana — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Finto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zanetti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélcio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadir Rosseti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Adenghi — PDS; Siefried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 65 Srs. Senadores e 469 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Ivo Vanderlinde.

O SR. IVO VANDERLINDE (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há poucos dias ocupei esta tribuna abordando a questão do cooperativismo e sua problemática, dando ênfase aos problemas do crédito. Na ocasião, entre outras afirmações, disse que o cooperativismo não é ainda um sistema apoiado, mas apenas consentido.

Esta afirmação mais uma vez se confirma, quando o Governo baixa normas operacionais para o financiamento dos principais produtos agrícolas da safra que se inicia.

Enquanto as cooperativas sofrem restrições e limitações de crédito para aquisição dos produtos amparados pela política de preços mínimos, podendo obter crédito de apenas 50% da produção recebida de seus associados, os beneficiadores e empresas particulares recebem crédito total.

Onde está, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a garantia do Governo, prometida por ocasião do plantio, e nas campanhas que o Governo fez pela televisão: "Plante que o Governo garante" ou "Plante que o João garante".

Estava certo o produtor que, ironizando dizia: "Plante pouco que o gordo é louco."

Está o Governo realmente querendo acabar com as cooperativas e com a agricultura brasileira? O próprio Governo tem afirmado que somente a agricultura poderá salvar este País e tirá-lo da difícil situação em que se encontra. No entanto, é ele próprio que, através das medidas que toma está matando a galinha dos ovos de ouro.

Estão aí nos jornais estampadas diariamente, as notícias que demonstram o estado de pré-falência do setor: são as cooperativas em sérias dificuldades financeiras; são os produtores que não conseguem pagar seus financiamentos de custeio; são as indústrias de tratores e equipamentos agrícolas em estado de pré-falência; é o êxodo rural desordenado e crescente, por falta de amparo e de perspectivas para o homem do campo, que aos sessenta e cinco anos se aposenta com um mísero meio salário mínimo, como se fosse meio brasileiro.

Está aí a queda de 2,5% na produção brasileira, ocorrida em 1982, que confirma a decadência do setor, isto sem falar no empobrecimento crescente daqueles que, teimosamente, continuam produzindo neste País.

Ou o Governo leva a sério a agricultura e toma medidas de apoio ao setor, definindo, com a participação dos que plantam e criam, uma política agrícola que dê garantias e perspectivas, ou o setor entra em colapso total.

A continuar esta política de arrasa plantação, mais conhecida como "a praga oficial", estaremos em breve, importando produtos básicos da subsistência nacional ou semeando a fome no País. É o desespero do curto prazo arrasando a longo prazo.

Para quem precisa de saldo na balança comercial esse é o caminho do suicídio.

Faço parte integrante deste meu pronunciamento documento das cooperativas de arroz do meu Estado, encaminhado ao Ministro da Agricultura, Amaury Stábile, no qual expõem as dificuldades do setor e pedem urgentes providências para a mudança das normas fixadas para o financiamento da safra de arroz, a que me referi no início do meu pronunciamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, amanhã, às 17h e 30m, em audiência com o Sr. Ministro, tratarei do assunto e farei chegar às suas mãos tal documento, que tem o seguinte teor:

"Itajaí, 21 de março de 1983.

Exm.º Sr.

Dr. Angelo Amaury Stábile
MD. Ministro da Agricultura
Brasília, DF.

Sr. Ministro, as Cooperativas Agropecuárias de Santa Catarina, que operam com arroz, reuniram-se nesta data para discutirem os problemas decorrentes da comercialização da safra que ora se inicia.

Sr. Ministro, no momento em que a produção começa a ser recebida pelas Cooperativas, deparamo-nos com inúmeras dificuldades decorrentes da política de comercialização do Governo Federal, a seguir enumeradas:

1 — Não entendemos a discriminação feita para os Estados do extremo Sul (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), quando nos demais Estados, o Governo concede um limite de operações de EGF na ordem de 120% em relação a safra anterior, enquanto que para nós apenas de 100%.

2 — As cooperativas já haviam sido prejudicadas com a não concessão de Pré-Egf's, o que nos leva a crer que esta é mais uma forma para descapitalizar as Cooperativas, trazendo dificuldades enormes para o desempenho de suas atividades.

3 — Além das dificuldades acima citadas, estamos sendo aniquilados com os limites concedidos para os EGF's mais uma vez estamos sendo discriminados, desta vez em relação às demais

empresas. Não entendemos por que, para as empresas privadas, o limite concedido seja de 50% da capacidade operativa, enquanto que para as cooperativas o limite é apenas de 100%. em relação às operações realizadas na safra passada. Na prática, Sr. Ministro, os limites operacionais das empresas privadas é o dobro do das Cooperativas.

Assim sendo, Sr. Ministro, com a devida vênica, propomos a V. Ex.^a, que revise os critérios adotados para que o produtor cooperativado não seja marginalizado e as cooperativas sofram com a retração no recebimento dos produtos destes.

Para que isso não ocorra, acreditamos ser o critério mais racional e justo a fixação dos limites de operações da EGF's em 100% da produção recebida dos associados na safra que ora se inicia, evitando, desta forma, prejudicar as cooperativas que investiram no aumento da produção.

Se assim nos conceder, estaremos fazendo com mais afinco a política tão difundida pelo Presidente Figueiredo, que é evitar o atravessador, procurando pagar um preço mais justo ao produtor e fazendo chegar ao consumidor, com preços arrazoados.

Na certeza de sermos ouvidos, aproveitamos para renovar nossos protestos de elevado apreço e consideração. — Cooperativa Regional Agropecuária Alto Vale do Itajaí Ltda. — Cooperativa Agrícola Mista Itajara Ltda. — Cooperativa Regional Agropecuária Sul Catarinense Ltda. — Sociedade Cooperativa Agrícola Mista Arraial dos Cunhas Ltda. — Cooperativa Agrícola Mista Juriti Ltda. — Cooperativa Agrária Mista de Acurra Ltda. — Cooperativa Arroz de Joinville Ltda."

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Renato Vianna.

O SR. RENATO VIANNA (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, os novos Governadores, recém-empossados, encontraram seus Estados com uma dívida externa aumentada, no curto espaço de noventa dias, ou seja, de dezembro de 1982 a março de 1983, superior a 50% (cinquenta por cento), em virtude das últimas mini e maxi-desvalorizações da nossa moeda, em relação ao dólar.

Existem, ainda, no Senado, arquivados ou pendentes de aprovação, 23 pedidos de autorização para empréstimos externos, atingindo a elevada cifra de cerca de um bilhão de dólares.

Esses 23 pedidos de autorização, de Estados e Municípios, para contraírem empréstimos, foram para o arquivo do Senado, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, no dia 5 de dezembro do ano passado, quando se encerrou o ano legislativo. Mas poderão ser, como estão sendo alguns, desarquivados a qualquer momento, por iniciativa parlamentar.

Movimentos isolados, na Câmara dos Deputados, propõem a transferência de responsabilidade dos Estados e Municípios, devedores à União, sob a alegação de que a atual estrutura tributária exaure suas receitas e os compele a buscar, cada vez mais, recursos no estrangeiro para cumprimento de suas metas governamentais.

Entendemos que tal solução não é justa, porque favoreceria apenas os Estados-membros e Municípios endividados com capital estrangeiro e colocaria à margem do bene-

fício milhares de outros municípios e quicá alguns Estados que, com equilíbrio e bom senso, preferiram, através de seus representantes, governar com dificuldades, mediante a participação popular, porém com recursos próprios.

Diante da política tributária iníqua, altamente centralizadora do Governo federal, Estados e Municípios ousaram percorrer os caminhos formais e, mediante prévia autorização do Senado, conseguiram liberar recursos, sob o compromisso de investimentos prioritários: sistema viário, saúde, abastecimento de água e ampliação de rede de energia elétrica etc.

Entretanto, à falta de uma fiscalização efetiva e rigorosa, a respeito da aplicação dos recursos externos, principalmente na consecução dos objetivos a que se propunha cada devedor, os recursos repassados, através de agentes financeiros internacionais, se esvaíram e nem sempre as obras realizadas, total ou parcialmente, justificam hoje a pesada herança recebida pelos atuais Governadores e Prefeitos, já obrigados a conviver com a crise econômico-financeira dos nossos dias.

No caso especial de Santa Catarina, nosso Estado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, além dos empréstimos internos, solicitados pelo então Governador Jorge Bornhausen, no período de 15 de março de 1979 a 15 de março de 1982, que somam importância superior a 11 bilhões de cruzeiros, excluídos os empréstimos solicitados diretamente pelos Municípios catarinenses e empresas estatais ao Senado, segundo resoluções que dispomos, o Senado Federal autorizou o Estado de Santa Catarina, naquele mencionado período, a contrair com o BID — Banco Interamericano de Desenvolvimento — e outros órgãos financiadores internacionais, empréstimos externos da ordem de 150 milhões de dólares, e outro em moeda alemã de 15 milhões de marcos.

Transformados tais valores em moeda nacional, após as últimas oscilações cambiais, constatamos que, nesses quatro anos, o Estado barriga verde endividou-se externamente em cerca de Cr\$ 61.000.000.000,00 (sessenta e um bilhões de cruzeiros) que, somados aos empréstimos internos, atingem a astronômica importância de Cr\$ 72.000.000.000,00 (setenta e dois bilhões de cruzeiros).

Convém salientar que o Orçamento do Estado catarinense, em 1982, era de Cr\$ 124.000.000.000,00 (cento e vinte e quatro bilhões de cruzeiros), o que demonstra, ao final do Governo do Sr. Jorge Bornhausen, um comprometimento de quase 60% (sessenta por cento) da receita, sem analisarmos aqui os empréstimos contraídos por seus antecessores, que, certamente, comprometem na totalidade o orçamento vigente.

Com as dívidas internas e externas, com carência ou sem carência, a curto, médio ou longo prazo, acumuladas do Governo estadual do Sr. Jorge Bornhausen e anteriores, é evidente o comprometimento da receita estadual, mesmo levando-se em consideração, conforme carta proposta orçamentária, uma receita real de Cr\$ 264.817.624,00 (duzentos e sessenta e quatro bilhões, oitocentos e dezessete milhões, seiscentos e vinte e quatro mil cruzeiros) e uma previsão orçamentária de Cr\$ 305.000.000.000,00 (trezentos e cinco bilhões de cruzeiros) para o ano em curso. Os técnicos em matéria orçamentária podem montar números que, no papel, procurem justificar a capacidade financeira e a diluição da dívida, no tempo, pela projeção crescente das receitas tributárias, porém jamais esconder a situação de extrema dificuldade financeira por que atravessa o

Estado barriga-verde e suas empresas estatais.

Na edição de 22 de março de 1983 do jornal *O Estado*, de Santa Catarina, o Senhor Esperidião Amim, atual Governador do Estado, registra, sem muitos detalhes, que a dívida proveniente de empréstimos externos e internos, que deverá ser resgatada este ano, atinge a expressiva soma de Cr\$ 140.000.000.000,00 (cento e quarenta bilhões de cruzeiros), correspondente a 15% de empréstimos externos, e que o Tesouro Estadual somente dispõe de capacidade financeira para pagar 10% (dez por cento) do montante desse débito. Entretanto, o que não é concebível é que, diante de tantas dificuldades na amortização das dívidas provenientes de empréstimos dessa natureza, diariamente, o Senado Federal continue a conceder novos empréstimos internos e externos. Reescalonar a dívida, e ao mesmo tempo continuar a endividar o Estado ou o Município, são comportamentos incompatíveis com os princípios da correta administração da coisa pública.

Na Secretaria-Geral do Senado, quando coletávamos dados para este pronunciamento, presenciávamos a atitude de Prefeitos que, diretamente, tentavam interferir junto ao Relator, ou na própria Mesa do Senado, procurando sustar qualquer autorização de novo endividamento de sua Prefeitura.

A população barriga-verde necessita saber qual a situação em que o atual Governador encontrou o erário estadual, apesar de que, na sua quase totalidade, esses investimentos tenham sido destinados à Secretaria de Obras e Transportes, da qual era titular o Sr. Esperidião Amim Helou Filho, muitos dos aludidos recursos foram investidos em obras que o conduziram ao Palácio Cruz e Souza.

Em boa hora o Senado Federal promoveu aberta obstrução aos pedidos de empréstimos externos que lá se encontravam pendentes e, dentre estes, um de Santa Catarina, no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares).

Todavia com real surpresa, mesmo após a violenta oscilação cambial, verificamos, junto à Secretaria-Geral do Senado, que o Senador Lenoir Vargas, em 2 de março de 1983, pediu o desarquivamento da Resolução n.º 115/81, que solicita autorização daquela Casa legislativa para o Estado de Santa Catarina contrair novo empréstimo de cinquenta milhões de dólares, o que corresponde, hoje, a vinte e um bilhões de cruzeiros, aumentando, dessa forma, substancialmente, a dívida externa do nosso Estado, ou seja, somente nos últimos quatro anos, de sessenta e um bilhões de cruzeiros para oitenta e dois bilhões de cruzeiros.

A denúncia que fazemos da tribuna desta Casa pretende constituir-se numa crítica construtiva, para evitar novos comprometimentos financeiros do Estado de Santa Catarina, em moeda estrangeira.

O povo catarinense, temos certeza, Senhor Presidente, Srs. Deputados, preferirá muito mais, se consultado, o saneamento das finanças do seu Estado do que vultosos empréstimos em moeda estrangeira que, para o seu resgate, exigirá por anos seguidos, no futuro, suor e lágrimas da brava gente barriga-verde.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB — PI. Pronuncia o seguinte discurso.) — Senhor Presidente, Srs. Congressistas, ocupo a Tribuna do Congresso Nacional para abor-

dar problema que diz respeito à Universidade do meu Estado, portanto, da maior importância para a vida acadêmica e cultural do Piauí.

Desde o dia 12 de maio de 1982 o Prof. José Camilo Filho, se afastou da Reitoria da Universidade Federal do Piauí. Assumiu seu lugar, interinamente, o Dr. Lineu Araújo, cujo mandato expirou 90 dias após. De lá para cá, decorrido quase um ano, as disputas intestinas dos políticos pedessistas do meu Estado impediram um consenso, pelo qual fosse escolhido o novo Reitor da Universidade piauiense.

Do fato, Sr. Presidente e Srs. Deputados, resulta intranquilidade e insegurança para os corpos docente e discente da Universidade, com graves reflexos na formação cultural da juventude da minha terra.

Com efeito, sem uma definição quanto a quem dirigir os destinos da Universidade Federal do Piauí, em que pese ao esforço desenvolvido pelo Reitor substituto, sofrem solução de continuidade os inestimáveis serviços que a Universidade vinha prestando à comunidade intelectual piauiense, com benéficos reflexos sócio-econômicos e culturais. Aliás, ninguém mais interessado na solução do problema que o próprio Reitor atual.

Diante da anomalia desta situação, desastrosa mesmo para a vida acadêmica e cultural do meu Estado, desta tribuna faço um apelo à S. Ex.^a, a Sr.^a Ministra da Educação, D. Esther Figueiredo, no sentido de que realize gestões para que essa situação seja sanada o mais breve possível e que destas gestões — esperamos confiantemente — surja um nome capaz, perfeitamente identificado com a comunidade universitária — alunos, professores e pessoal de apoio — e que saiba conduzir a Universidade piauiense ao alto destino que lhe está reservado, promovendo o desenvolvimento acadêmico, cultural e tecnológico do Piauí, contribuindo, deste modo, para o soerguimento do meu Estado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Dionísio Hage.

O SR. DIONÍSIO HAGE (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a pimenta-do-reino, grande riqueza do Estado do Pará e da Amazônia, onde se produz quase a totalidade do volume exportado pelo Brasil, é uma cultura que necessita de maior atenção daqueles que orientam as decisões na área econômica e na política de comércio exterior adotada pelo País.

Desde os anos 50, a pimenta-do-reino tem apresentado rápida expansão, especialmente em função de preços compensadores vigentes no mercado internacional, capazes de justificar os elevados investimentos no combate a doenças.

Em 1970, por exemplo, o Brasil produzia 13 mil toneladas, 11,2% da produção mundial, e participamos com 14,5% do total de exportações, com uma receita de 8 milhões de dólares. Em 1980, já respondíamos por 28,3% da safra mundial, enquanto elevamos para 22,4% nossa presença no mercado internacional, com um resultado cambial de 50 milhões de dólares.

Desde dezembro de 1980, o Brasil integra a Comunidade dos Produtores de Pimenta-do-reino, a que também pertencem a Malásia, a Índia e a Indonésia, cujo objetivo principal é o de formular soluções para os problemas de preços e de estoques, nas vendas aos países industrializados.

O estabelecimento de benefícios nas exportações, que revertem em favor dos produtores, faz-se necessário, Sr. Presidente, não só porque se trata de cultura com altíssimo custo e sacrifício, pelos cuidados que exige em seu ciclo produtivo, como, principalmente, porque mais de 95% da produção destinam-se às vendas para o exterior.

Não se compreende, por isso, que sobre a pimenta-do-reino incida imposto de exportação, quando deveria receber tratamento de permanente estímulo para consolidar a posição que já conquistamos no contexto internacional.

A incidência do confisco provoca sérios prejuízos à classe produtora, na medida em que diminui sua remuneração sensivelmente, representando, portanto, uma penalidade injusta para aqueles que tanto esforço e trabalho dedicam a esse importante item na pauta de exportações do Norte brasileiro.

Os produtores e as autoridades de Castanhal, Município paraense de enorme destaque em pimenta-do-reino, Srs. Congressistas, manifestam-se bastante preocupados com a manutenção do imposto de exportação, o qual faz anular vantagens que poderiam advir com recente medida na política cambial.

É preciso ter em conta que o preço da pimenta-do-reino passa nesses três últimos anos por um processo de baixa no mercado internacional, não prevalecendo critério de preço mínimo. Confiscar do produtor parcela que deveria integrar a remuneração ao seu trabalho e investimento provoca forte desestímulo e desesperança pelo futuro dessa riqueza.

A pimenta-do-reino constitui a base econômica de Castanhal e de outros Municípios do meu Estado, com grande participação no aproveitamento da mão-de-obra, e fonte maior de recursos para a própria manutenção da comunidade.

Transmito, aqui, a minha solidariedade ao povo de Castanhal e a todos os que se dedicam à pimenta-do-reino, no Pará e na Amazônia, participando do seu pleito pela extinção do imposto de exportação àquele produto.

Espero que o Governo Federal acabe por compreender o caráter eminentemente social de que se reveste a produção de pimenta-do-reino no Norte brasileiro, muito maior do que o aspecto econômico da geração de divisas para o nosso País. E, com isso, Sr. Presidente, decreta a extinção do imposto de exportação, para tranqüilidade da sofrida gente trabalhadora que se dedica a essa riqueza típica da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (PMDB — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, gostaria de trazer a esta tribuna notícias alvissareiras sobre o Nordeste. Entretanto, o que trago é uma situação calamitosa, muito difícil para o povo nordestino, que está passando fome.

Hoje mesmo mantive contato com cerca de 10 cidades do meu Estado, o Piauí, e a informação que obtive foi a reiteração de que o povo está passando fome e o rebanho está sendo dizimado.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Presidente Figueiredo, na euforia da vitória do PDS no Nordeste, declarou que iria virar o mapa brasileiro de cabeça para baixo. Parece realmente que S. Ex.^a virou o mapa de cabeça para baixo, mas

esqueceu-se de investir maciços recursos no Nordeste.

Peço ao Sr. Presidente da República e às autoridades constituídas deste País que dediquem maior atenção ao Nordeste, que tomem providências urgentes para evitar que as populações do campo se desloquem para as cidades, evitando-se, assim, que a fome se alastre a níveis insuportáveis pois o que está acontecendo já é extremamente vexatório.

Apelo, portanto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, para as autoridades constituídas deste País, a fim de que adotem providências no sentido de ampliar as frentes de emergência, porque só assim se matará a fome dos nordestinos.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Com a palavra o nobre Deputado Adail Vettorazzo.

O SR. ADAIL VETTORAZZO (PDS — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, São José do Rio Preto, uma das maiores cidades do Estado de São Paulo, comemorou, no último dia 19 de março, o aniversário de sua fundação. Pensávamos nós qual seria a melhor forma de homenageá-la e acabamos por entender que a melhor homenagem que poderíamos prestar seria trabalhar pela cidade, pelo município e pela região. E é exatamente o que estamos tentando fazer nesta Casa, egressos de um Poder Executivo e sentindo as agruras do Legislativo.

Sr. Presidente, sempre defendemos o princípio de que, passadas as eleições, as naturais divergências de campanha devam estar superadas e um trabalho integrado se faça, pois acima de eventuais posições político-partidárias sobrepairam os mais altos interesses de uma comunidade.

Dentro dessa linha de pensamento e de ação, honra-nos poder ser um dos intérpretes do egrégio Poder Legislativo Municipal de São José do Rio Preto em suas lutas reivindicatórias junto aos órgãos federais.

Honra-nos também contar efetivamente com o trabalho dos ilustres Deputados Federais Octacílio Alves de Almeida e Roberto Rollemberg, ambos do PMDB, eleitos com expressiva votação na 8.^a Região Administrativa do Estado de São Paulo.

Hoje nesta nossa manifestação da tribuna desta Casa, queremos endossar e pedimos a transcrição do expediente da Câmara Municipal de São José do Rio Preto que, através do Requerimento n.º 68/83, de autoria do nobre Vereador José Barbar Cury, subscrito igualmente por mais 8 colegas seus, pleiteia a criação da 2.^a Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho naquele próspero Município.

Ao documento já citado e que passa, por deferência da Mesa, a integrar o nosso pronunciamento, gostaríamos ainda de acrescentar que São José do Rio Preto é hoje um dos principais pólos de desenvolvimento de todo o Estado de São Paulo.

Centro educacional, agrícola, industrial, comercial e sobretudo de prestação de serviços, esse Município paulista é sede de toda 8.^a Região Administrativa do Estado e ainda extravasa sua área de influência sobre o sul de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

Por todas as razões expostas, é que já estamos nos mobilizando, juntamente com as autoridades já citadas para assegurar a criação e instalação de 2.^a Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho em São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. DEPUTADO ADAIL VETTORAZZO:CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO
RIO PRETO

(Estado de São Paulo)

Of. n.º 00795

São José do Rio Preto, 9 de março de 1983.

Excelentíssimo Senhor
Prof. Adail Vettorazzo
DD. Deputado Federal
Nesta

Ilustre Senhor:

É com grande prazer que dirijo-me a V. Ex.^a a fim de comunicar a aprovação unânime por esta Câmara Municipal, na 6.^a Sessão Ordinária do corrente ano, do Requerimento de n.º 68/83, de autoria do nobre Vereador José Barbar Cury, também subscrito por outros edis, pelo qual, conforme cópia anexa, este Legislativo vem solicitar seu empenho junto às autoridades competentes, no sentido de ser criada e instalada a 2.^a Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho em São José do Rio Preto, o que se faz necessária com urgência, face ao elevado número de processos em andamento.

Certo da digna atenção de V. Ex.^a subcrevo-me, com as expressões do mais alto apreço.

Atenciosamente. — Prof. Laerte Teixeira da Costa, Presidente da Câmara.

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO
RIO PRETO

(Estado de São Paulo)

Requerimento n.º 68/83

Senhor Presidente:

Para prosseguir sua carreira na magistratura trabalhista e depois de ter assinado de forma extraordinária sua passagem pela presidência da Junta de Conciliação e Julgamento local, deixa nossa cidade para assumir idêntica função em Itapicirica da Serra, o Juiz Antonio Graça Caseiro, da Justiça do Trabalho de São Paulo.

Em entrevista concedida à imprensa o magistrado declarou que São José do Rio Preto já tem necessidade de ver funcionando uma 2.^a Junta. Lembrou que a média anual de feitos é de 1.800, justificando a ampliação.

Diante da afirmação do Dr. Caseiro entendemos ser necessário iniciar-se um movimento nesse sentido.

Assim:

Requeiro, ouvido o Plenário, officie-se ao Deputado Federal Adail Vettorazzo, da bancada paulista do PDS e ex-Prefeito municipal, solicitando de V. Ex.^a uma atenção toda especial para esse assunto, principalmente no sentido de liderar um movimento regional e com a participação das Subseções da OAB, e dos sindicatos interessados junto ao Governo Federal.

Sala das Sessões "Dep. Bady Bassitt", 11 de fevereiro de 1983. — Vereador José Barbar Cury — Verador Rubens Bonvino — Domingos José Bruno Narciso — José Raimundo Veneziano — Vereador Dr. Laerte Teixeira da Costa — João Marcelo Fiorezzi Gonçalves — Vereador Dr. Rodolpho Coutinho — Carlos Eduardo Feitoza — Vereador Prof. Eduardo Nicolau.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Com a palavra o Sr. Deputado Jessé Freire.

O SR. JESSÉ FREIRE (PDS — RN. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no início desta nova legislatura, apraz-me dirigir-me ao Sr. Presidente e aos Srs. Congressistas, para exteriorizar-lhes a minha posição nesta Casa, pautada nos ensinamentos e comportamento político do meu saudoso pai, que por doze anos representou nesta Câmara o Estado do Rio Grande do Norte, e, ainda, exerceu o mandato de Senador da República, por duas legislaturas consecutivas.

A dupla emoção que experimento neste momento, evocativa e de iniciante na militância política, diretamente no cenário nacional, constituem motivo para aumentar a responsabilidade do meu mandato e merecer a generosidade dos meus pares, nessa iniciação.

Vivemos momento político que reclama a compreensão e colaboração de todos, visando a um só objetivo, os interesses maiores da Nação.

A conjuntura atual impõe refrear os impulsos emotivos e recomenda a ponderação nas palavras e nas colocações político-partidárias, para fixar a nossa atuação como participantes responsáveis pela condução dos destinos da Pátria no que concerne à formulação de legislação adequada, com atitude política compatível com os anseios nacionais.

A nossa ação conjunta, sem que isto importe em descaracterização de nossas origens filosóficas, política ou partidária, poderá chegar ao denominador comum do nosso objetivo maior, trabalhar em favor das soluções que o País reclama.

A trégua que se há propalado, no meu entender, poderá resultar positiva, se encontrarmos dentro de nós a compreensão de que esse posicionamento, sem quaisquer radicalismos, não aproveitará a esse ou àquele segmento partidário, porque estará, antes de tudo, voltada para o equacionamento das soluções impostas pelos aflitivos problemas do País.

O Sr. Presidente João Figueiredo é, inegavelmente, o grande construtor da retomada e da reconstrução de nossa democracia. S. Ex.^a tem-se caracterizado como homem de fatos concretos, avesso às palavras inebriantes. Suas posições têm proporcionado o reencontro de muitos brasileiros, a realização da livre manifestação popular através das eleições de novembro último, a revogação de Atos Institucionais, além de uma série de medidas outras que tornaram viáveis as aspirações do povo brasileiro.

Não poderia deixar, nesta oportunidade, de ressaltar a situação do Nordeste, região a que pertence, hoje assolada pela inclemência das secas que se prolongam por anos a fora. Apesar de irmos recebendo a assistência e solidariedade do Poder Central, durante todos esses anos, não é demais frisar que as providências já adotadas e em andamento ainda exigem medidas de caráter efetivo e permanente que possam extirpar das mentes dos nordestinos a constante preocupação dos dias futuros e proporcionar-lhes a confiança de que o Governo não se queda indiferente às suas necessidades de sobrevivência, nem às suas perspectivas de poderem emergir da pobreza absoluta em que vivem. Sabemos que a assistência governamental às populações carentes da região, tanto no âmbito federal como no estadual, tem sido constante, e, se mais não se vem fazendo, debite-se à escassez de recursos e à conjuntura mundial, com os seus terríveis reflexos na vida econômica do País.

Envio as minhas saudações e os meus agradecimentos a quantos me honraram com a sua preferência, sufragando o meu nome nas eleições de 15 de novembro, afirmando-lhes, mais uma vez, que permanecerei em Brasília atento às suas reivindicações e aos problemas do meu Estado, para colaborar no sentido de dar o melhor de mim em favor de suas justas aspirações.

Nessa ordem de considerações, resta-me, ao final, congratular-me com todos os Srs. Congressistas, e dizer-lhes que nesta Casa estarei voltado para as atividades parlamentares e à disposição de quantos aceitarem a minha colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Rubens Ardenghi.

O SR. RUBENS ARDENGHI (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, trago reivindicações do Município de Sarandi, na zona de produção do Rio Grande do Sul, com 30 mil habitantes, que tem hoje 60% de sua população urbana marginalizada pela falta de emprego, devendo-se este fato à paralisação de seis indústrias locais, o que nos permite antever um conflito social e o caos econômico de uma comunidade.

A Associação Comercial e Industrial e o poder público do Município de Sarandi, empenhados na solução desses problemas, vêm apresentando uma solução viável para o funcionamento de pelo menos duas empresas, com poder gerador de mais de 350 empregos diretos. Trago aqui, agora, o plano de recuperação econômica do Município de Sarandi, cuja transcrição solicito seja feita nos Anais desta Casa:

"Nos dias atuais, a maior preocupação dos nossos administradores é a geração de empregos, sem conflitar, para isso, a economia, no que tange à imobilização financeira, com custos elevados e impossíveis de absorção por parte das empresas.

Sarandi vive uma fase de difícil transição, pois em um lapso de tempo de um ano, viu o paralisar das atividades de 6 das indústrias da cidade e um idêntico número de empresas comerciais.

Com estes fatos, mais de 500 famílias ficaram sem o mínimo de sustento, pois seus membros fazem parte do rol dos desempregados.

No presente plano de recuperação está um passo importante para a solução econômica de uma cidade, mas muito mais importante é o aspecto social do empreendimento, plenamente viável e pouco oneroso, pois, para a solução, desnecessários são novos desembolsos de numerário.

Entre as indústrias paralisadas encontramos 2 de grande importância, ligadas diretamente a aspectos geofísicos de nossa região, sendo um frigorífico e uma de produção de rações para animais. Como toda esta região é predominantemente de minifúndios, a suinocultura e a bacia leiteira garantem a matéria-prima para o frigorífico, e a absorção da produção da fábrica de rações de maneira racional, com economia de transportes.

Com o exposto, pode-se perfeitamente avaliar a viabilidade das indústrias citadas, em nossa região.

Existe na cidade de Sarandi um complexo industrial para abate de suínos, construído nos moldes exigidos para

exportação de carcaças, com possibilidade, a curto prazo, de industrialização final para consumo direto, com capacidade de abate superior a 1.000 cabeças por dia, que infelizmente está paralisado, sendo o mesmo de propriedade do Frigorífico Sarandi S.A. Da mesma empresa é também o complexo industrial de rações, com capacidade de 6 toneladas/hora de produção, com possibilidade de ampliação.

FRIGORÍFICO SARANDI S.A.

Conforme levantamento efetuado e corrigido até a presente data, o passivo desta empresa supera a casa de Cr\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros). Em contrapartida, existe um ativo imobilizado em prédios, terrenos e equipamentos de valor superior ao passivo, localizados em Sarandi, São Paulo e Rio de Janeiro.

No presente plano de recuperação detemo-nos apenas no patrimônio localizado em Sarandi, com o qual poderemos ativar as duas empresas anteriormente citadas. Para tanto, o Diretor-Presidente desta organização já autorizou esta A.C.I. e o Poder Público Municipal a gestionar as negociações necessárias, conforme carta anexa.

Passo Fundo — RS, 7 de março de 1983.

À Associação Comercial e Industrial e Prefeitura Municipal Sarandi — RS

Prezados Srs., pela presente, confirmando tratativas verbais mantidas com Representantes dessa Associação e do Poder Público Municipal, vimos formalizar proposta para venda do acervo patrimonial do Frigorífico Sarandi S.A., existente na cidade de Sarandi — RS.

Propomos a venda dos imóveis, instalações, máquinas, móveis, utensílios e veículos, pelo preço certo, líquido e ajustado de Cr\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros), preço este correspondente aos bens supra-referidos, existentes na cidade de Sarandi — RS, neles não se compreendendo bens que estejam fora da cidade de Sarandi — RS, embora pertencentes ao patrimônio do Frigorífico Sarandi S.A.

Nesse preço se compreende também o patrimônio da Fábrica de Rações existente na cidade de Sarandi — RS.

O pagamento do preço será na liquidação do passivo do Frigorífico Sarandi S.A., liquidação esta que se fará em conjunto entre vendedores e compradores.

Esta proposta tem validade de 30 (trinta) dias, contados desta data, para a concretização definitiva do negócio, que poderá ser formalizado pelas pessoas ou empresas que os ora outorgados indicarem.

Sem outro particular, subscrevemo-nos, atenciosamente. — **Frigorífico Sarandi S.A.**

Baseado no anteriormente exposto, apresentamos soluções isoladas para as duas indústrias.

1.º A Indústria de Rações pode perfeitamente ser reativada pela Cooperativa Tritícola Sarandi Ltda., que já mostrou interesse na aquisição do imóvel,

no qual a mesma se localiza. Esta operação é facilitada, pois a COTRISAL está entre os credores do Frigorífico. O imóvel citado está na carta proposta e pode ser avaliado na ordem de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros).

2.º A Indústria de Carnes deve ser uma empresa nova a ser fundada com a formação do capital de Cr\$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros), que promoveria a aquisição do complexo industrial recentemente construído em Sarandi, por Cr\$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de cruzeiros), completando a proposta anexa, com capital de giro para o início das atividades.

FORMAÇÃO DA EMPRESA

A Associação Comercial e Industrial e o Poder Público Municipal buscaram, junto a empresários do setor de carnes, um acionista capaz, econômica e tecnicamente, para assumir o encargo de viabilizar a empresa, tornando-a suporte de 300 empregos e rentável aos investidores.

O Frigorífico Santarosense S.A., através do seu diretor Pedro Carpenedo, em princípio, está disposto a liderar a nova empresa, com a participação acionária de 50% como sejam, Cr\$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de cruzeiros), sendo 50% com recursos próprios e o restante através de recursos da "POC-FINAC" para o Santarosense S.A.

O restante do capital necessário, ou sejam, Cr\$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de cruzeiros) estamos tentando junto aos Bancos credores, com a transformação de seus créditos em ações da nova empresa.

Além dos Bancos, os demais credores também serão chamados a transformar parte ou todos seus créditos em ações, única maneira de viabilizar uma nova empresa, que iniciará com um sólido capital, sem ônus financeiro.

É necessário frisar que a nova empresa poderá eventualmente assumir encargos de investimentos a vencer, desde que viáveis economicamente.

Preponderante é dizer que a empresa a ser formada não vai suceder o Frigorífico Sarandi S.A., mas, sim, comprar parte de seu patrimônio imobilizado, localizado em Sarandi, conforme carta anexa. Se por ventura houver débitos do Frigorífico Sarandi, que a transação não cobrir, estes deverão ser garantidos pelo patrimônio da empresa vendedora, em outras localidades do País."

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira.

O SR. MARCONDES PEREIRA (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, acabo de receber da minha cidade, São José dos Campos, abaixo-assinado de todos os sindicatos daquela região, que congregam mais de 160 mil operários, que transmito a esta Casa, no qual solicitam a este Deputado todos os esforços para que o Decreto-lei n.º 2.012 não tenha acolhida entre nós.

Os trabalhadores estão apreensivos, desolados e realmente preocupados com a sua situação salarial, que é gravíssima. Principalmente na minha região, que é uma região industrial, temos, só na minha cidade, 286 fábricas, e a situação de desemprego,

de subemprego, enfim, da classe operária, é a mais precária possível.

Portanto, quando os trabalhadores assim se reúnem, e os líderes sindicais — que representam, como já disse, mais de 160 mil trabalhadores — formulam apelo veemente a esta Casa, espero que os Srs. Senadores e os Srs. Deputados tenham em conta que muitos lares de trabalhadores brasileiros estão hoje passando, por privações. Afinal, a família do trabalhador tem os mesmos sentimentos, e as mesmas aspirações de qualquer outro lar brasileiro. No entanto, essa gente, que constrói a grandeza do País, está vivendo dias de apreensão, porque sabe que depende desta Casa a rejeição desse decreto.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está esgotado o período destinado para breves comunicações.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 49, de 1982, que dá nova redação ao § 4.º, acrescenta parágrafos e renumera os atuais §§ 5.º e 6.º do art. 144 da Constituição Federal, dispondo sobre os vencimentos da magistratura.

— dependendo de Parecer a ser proferido oralmente em Plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Israel Pinheiro Filho para proferir o parecer.

O SR. ISRAEL PINHEIRO FILHO (Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O § 4.º do art. 144 da Constituição determina que os vencimentos dos juizes vitalícios sejam fixados com diferença não excedente de vinte por cento de uma para outra instância, atribuindo-se à mais elevada não menos de dois terços dos vencimentos (pouco mais de sessenta e seis por cento) dos desembargadores, que não terão vencimentos inferiores aos de Secretários de Estado nem superiores aos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Enquanto o § 5.º do mesmo artigo torna privativa do Tribunal de Justiça propor ao Legislativo a alteração da organização e da divisão judiciária dos emolumentos, mediante previsão orçamentária, o § 6.º faz depender de proposta do Tribunal de Justiça ou do Órgão especial previsto no item V do mesmo artigo a alteração do número de membros dos Tribunais de segunda instância, observado o disposto na Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

A proposta sob nosso exame, de autoria do nobre Deputado Brabo de Carvalho, com a assinatura de 26 Senadores e 187 Deputados, atendendo, preliminarmente, aos pressupostos do art. 47 da Constituição, advoga a substituição desses três parágrafos por outros (5.º a 8.º), com a seguinte redação:

"§ 4.º Os vencimentos dos juizes vitalícios serão fixados com diferença não excedente de dez por cento de uma para outra instância, atribuindo-se aos de entrância mais elevada não menos de oitenta e cinco por cento dos vencimentos dos desembargadores, assegurados a estes vencimentos não inferiores à retribuição, a qualquer título, dos Secretários de Estado, nem a dois terços dos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não podendo ser superiores a estes.

§ 5.º A União subsidiará os Estados cuja renda per capita for inferior à renda nacional apurada no exercício anterior, a fim de lhes proporcionar

recursos para remunerar condignamente a magistratura estadual, utilizando-se da taxa judiciária e dos emolumentos referidos no art. 8.º, XVII, "c" desta Constituição. Para esse fim será feita, anualmente, previsão orçamentária com base nos levantamentos efetuados.

§ 6.º Os aumentos da magistratura são decretados pelo menos uma vez por ano, em proporção nunca inferior ao aumento do custo de vida, segundo os índices oficiais.

§ 7.º Cabe privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a alteração da organização e da divisão judiciárias, vedadas emendas estranhas ao objeto da proposta ou que determinem aumento de despesas.

§ 8.º Dependerá de proposta do Tribunal de Justiça ou de órgão especial previsto no item V deste artigo a alteração do número de seus membros ou dos membros dos Tribunais inferiores de segunda instância, observado o disposto na Lei Orgânica da Magistratura Nacional."

Na Justificação, diz o autor pretender a melhoria dos vencimentos da magistratura de primeira instância por serem maiores seus encargos, considerada a competência ampla e os gastos, com publicações de doutrina, jurisprudência, ainda forçados a manter parte da família na Capital do Estado, para melhor educação dos filhos.

Assim, a União deve cooperar com os Estados, para a manutenção daquela Justiça, ajudando-os a remunerar condignamente os magistrados e propiciando seu aprimoramento técnico e cultural.

Alega que tal suplementação é prevista no art. 14 do anteprojeto de lei complementar que estabelece normas gerais sobre taxas judiciárias, enquanto sustenta que a irredutibilidade dos vencimentos da magistratura praticamente inexistente com o aviltamento da moeda.

Preliminarmente, a proposta é jurídica, constitucional e afeita à técnica legislativa.

No mérito, no entanto, pretende impor aos Estados-membros obrigações financeiras que perceba acima da possibilidade da maioria deles, tanto que prevê uma complementação pela União.

Mas a mesma assertiva de que existe anteprojeto de lei complementar sobre o assunto já dá a entender que o problema se soluciona sem a necessidade de emenda constitucional.

No que alega, a respeito do princípio da irredutibilidade dos vencimentos da magistratura, ressalte-se que todas as classes e não apenas aquela, pagam o preço da inflação.

Assim, embora inatacável nas preliminares, somos, no mérito, pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição n.º 49, de 1982.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O parecer concluiu pela rejeição da proposta.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Proposta de emenda à Constituição exige **quorum** qualificado para deliberação. Sendo evidente a inexistência desse **quorum** em plenário, deixa de ser procedida a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Presidência convoca sessão conjunta a

realizar-se hoje, às 20 horas, neste plenário, destinada à votação das seguintes matérias, em regime de urgência, nos termos da Emenda Constitucional n.º 22:

Projeto de Lei n.º 23, de 1982-CN;

Projeto de Decreto Legislativo n.º 1, de 1982-CN, referente ao Decreto-lei n.º 1.950, de 1982.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 55 minutos.)

Ata da 35.ª Sessão Conjunta, em 23 de março de 1983

1.ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47.ª Legislatura

Presidência do Sr. Moacyr Dalla

ÀS 20 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevair Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Ra'mundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvidio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Nilo Coelho — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Alvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nossier Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Artur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolpho Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athaide — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge

— PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jaime Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; Jcsé Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathan Nunes — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Berba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Mancel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Moisés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aloísio Campos — PMDB; Alvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raimundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Coelho — PDS; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiúza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; Fernando Collor — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco

Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Ângelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Ana — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Félix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medaua — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Argilano Dario — PMDB; Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Luiz Baptista — PMDB; Max Mauro — PMDB; Mirthes Bevilacqua — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferrago — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Aguinaldo Timótheo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PBT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Júlio Caruso — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cota — PMDB; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emilio Gallo — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro Filho — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Aparecido — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima

— PMDB; Mário Assad — PDS; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oscar Corrêa — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Ozanan Coelho — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airtton Sandoval — PMDB; Airtton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Felipe Cheidde — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gasthorne Righi — PTB; Glória Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; Ivete Vargas — PTB; João Bastos Soares — PMDB; João Cunha — PMDB; João Hermann — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoíno — PT; Maluly Neto — PDS; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Codo — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro da Silva — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio de Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Rubens Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão —

PMDB; Maurício Fruet — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Cacildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Viana — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emidio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zanetti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélcio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadir Rosseti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Hauser — PMDB; Sínval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 65 Srs. Senadores e 469 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Denisar Arneiro.

O SR. DENISAR ARNEIRO (FMDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, está tramitando nesta Casa um projeto de lei do Deputado Amadeu Geara, que torna obrigatória a instalação de tacógrafos nos veículos automotores, de passageiros e de carga, destinados ao transporte rodoviário, já tendo pareceres favoráveis.

Sr. Presidente, fazemos um apelo para que os projetos sejam votados com mais rapidez. Com relação a um projeto de tal importância como esse, temos publicação do "Jornal de Brasília" do dia 4 de março de 1983, que diz o seguinte:

MOTORISTAS SÃO OS PRINCIPAIS CULPADOS

... computando-se quatro componentes — as perdas de rendimentos futuros, os custos médico-hospitalares, os danos aos veículos e os danos às cargas transportadas — sabendo-se que cada desastre teve seu custo calculado em Cr\$ 1 milhão 218 mil 954, mais uma

vez ficou comprovado que o homem é o principal responsável pelos acidentes, chegando a provocar 75 por cento (36 mil 234) do total anotado. Mas se for considerada a sua participação nas falhas atribuídas ao veículo — por deixar de fazer uma vistoria adequada antes de entrar na estrada — a porcentagem sobe para 90 por cento (43 mil 480).

O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem continua empenhado em dar melhores condições de tráfego para os motoristas, além de procurar aumentar a segurança nas rodovias, de acordo com a campanha de segurança nas estradas.

Os distritos rodoviários federais instalaram 2 mil 134 quilômetros de sinalização vertical e 5 mil 023 de sinalização horizontal, além de defensas, placas, pórticos e outros materiais necessários para esta segurança, incluindo-se a pintura de faixas."

Sr. Presidente, verifica-se que um projeto de tal importância continua ainda na Ordem do Dia, mas jamais é votado. Este é o apelo que estou fazendo, porque as denúncias estão aqui. Temos certeza de que, com o advento do tacógrafo nos veículos pesados, de forma alguma haverá mais essa incidência de acidentes.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jorge Uequed.

O SR. JORGE UEQUED (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, eleitos pelo povo e demais funcionários da Casa, a Nação está novamente a assistir à brincadeira oficial. Este Governo irresponsável e incompetente que mora aqui ao lado, no Palácio do Planalto, baixou o Decreto-lei n.º 2.012, prejudicando os trabalhadores brasileiros; é o mesmo Presidente insensível que, no ano passado, saqueou o bolso dos aposentados, com o beneplácito do Congresso Nacional anterior, que não servia para nada. Agora, os trabalhadores estão sendo saqueados pelo Decreto-lei n.º 2.012. Anteontem, um Vice-Líder do PDS no Senado, Sr. Carlos Chiarelli, ocupou os espaços dos jornais para dizer que o Governo queria negociar e alterar o Decreto-lei n.º 2.012. Ontem, o Ministro do Trabalho, Murillo Macedo, disse que o Governo não quer mudar nada e quer que seja aprovado esse malfadado e odioso decreto, que foi feito na mesa de um bar, às duas horas da manhã, em Wall Street, porque não tem nada a ver com o Brasil — ele foi feito pelos americanos, a fim de saquear a economia brasileira. Mas um Senador da República diz que vai ser alterado o decreto. Os Deputados e Senadores do PDS não têm coragem de, em praça pública, no rádio ou na televisão, defender esse odioso decreto. E um Senador do Rio Grande do Sul veio dizer à imprensa que o decreto seria alterado. Hoje, o Ministro desmente a notícia. Quem está mentindo? Quem está enganando a opinião pública? Ou o Senador, que diz que vai ser alterado o decreto, ou o incompetente Ministro, que diz que o Governo não muda nada?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores eleitos pelo povo e demais funcionários da Casa, se esse decreto for aprovado pela presença ou pela omissão, esta Casa não tem mais razão de existir, porque se transformará num pequenino clube *privé*, para satisfação dos negócios de alguns e para matar as ilusões de outros. Um Congresso eleito pelo povo, em que os seus membros recebem religiosamente em dia, terá a coragem a desfaçatez, a falta de dignidade política de saquear os aposentados e de saquear, agora, os trabalhadores

que ontem juraram defender em praça pública? É uma Casa que não merece ser aberta e não merece adjetivos.

Em seguida, prometeu o Presidente do Congresso que, no dia 15, vai ser lido esse monstruoso decreto-lei. A opinião pública está recebendo ofensas, os trabalhadores estão sendo ofendidos ou pelo Vice-Líder do Senado ou pelo Ministro do Trabalho. Quem está brincando com o povo, se é que essa gente pensa que pode brincar com o povo? Vamos voltar diariamente a esta tribuna para reclamar contra esse decreto odioso, que tem o beneplácito de alguns, enquanto outros, não tendo coragem para defendê-lo, procuram esconder-se das praças públicas ou das entrevistas dos jornais. É preciso que o Governo diga quem está enganando a opinião pública: ou o Vice-Líder do Senado, ou o Ministro do Trabalho. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Galil.

O SR. EDUARDO GALIL (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não era meu propósito nem meu objetivo, nesta tribuna, abordar a questão do decreto-lei que fixa novas diretrizes para a política salarial do País. Outras razões incentivaram e justificariam a minha presença nesta tribuna, mas merecem reparos colocações aqui feitas pelo ilustre colega do Rio Grande do Sul, que procurou não só criticar as autoridades governamentais, no exercício desse direito democrático assegurado ao Parlamentar, mas ultrapassou as fronteiras da crítica — eu diria até do bom senso. S. Ex.^a atingiu duramente e de maneira pessoal S. Ex.^a o Sr. Presidente da República, assim como Ministros e Senadores da República, também se formando bancada no Senado Federal, pela anuência do Movimento Democrático Brasileiro para criticá-los, como se o País fosse uma autarquia, como se as autoridades públicas pudessem mas não quisessem dar melhores salários aos trabalhadores brasileiros, como se devesse exclusivamente à vontade do Governo ajudar ou não a família do trabalhador, pagando-lhe maiores salários. O Brasil não é uma autarquia que dependa da vontade dos homens que o governam; o Brasil depende do patriotismo dos que o dirigem com seriedade, e nas suas decisões a questão salarial e a garantia do emprego é um dos seus maiores objetivos. Ninguém pode acusar o Presidente da República de não buscar o que há de melhor para o povo brasileiro. Presidente melhor, com mais correção no trato da coisa pública do que o Presidente João Figueiredo, por este País ainda não passou. Daí a devolução que fazemos das críticas e das ofensas pessoais ao Chefe da Nação aqui nesta Casa. Lembro que a posição do Brasil não é isolada no mundo. Ele tem sido administrado pela perplexidade da crise na qual fomos apanhados, mas também administrado por uma ação voltada para o interesse maior do País, levando até às incompreensões. O homem que governa este País posiciona-se mais diante da estima, a qual supera a transitoriedade de uma falsa demagogia gerada pelo populismo, para se encaixar na História colocando-nos como uma grande democracia, permitindo até que diante de um processo revolucionário pudessem ser realizados os debates que aqui têm sido palco nestes dias e que continuarão ocorrendo daqui para o futuro. Essa maioria democrática se fez não por conquista desta Oposição, que antes de oferecer soluções tece críticas e ofensas pessoais ao Presidente da República. Este País se fez pela formação democrática do Presidente

Figueiredo, pois um Governo que anistia não é um Governo fraco. Anistia já afirmou nesta Casa, é fruto e produto de um Governo que tem força e poder. E a norma democrática que se estabelece hoje no Brasil é fruto e produto da vocação maior dos homens que o governam, tendo à frente essa figura inconfundível de brasileiro, que trata a coisa pública com honradez e que se preocupa com a vida do trabalhador brasileiro como qualquer um outro que ama esta terra e quer ver este País grande e respeitado.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Não há mais oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único do Projeto de Decreto Legislativo n.º 1, de 1983-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer proferido oralmente pelo Senhor Senador Lourival Baptista), aprovando o texto do Decreto-lei n.º 1.950, de 14 de julho de 1982, que isenta do imposto de renda os ganhos auferidos por pessoas físicas em operações com imóveis, estimula a capitalização das pessoas jurídicas e dá outras providências (incluído em Ordem do Dia nos termos da Emenda Constitucional n.º 22 — segunda sessão).

A discussão da matéria foi encerrada na sessão conjunta realizada no dia 3 de março corrente, às 11 (onze horas), ficando a votação adiada por falta de **quorum**. Na sessão conjunta do dia 8 de março, às 11 (onze horas), o projeto deixou de ser votado em virtude de inexistência de **quorum** para o prosseguimento dos trabalhos.

Incluída em Ordem do Dia, por força de dispositivo constante do § 1.º do art. 55 da Constituição, na redação dada pela Emenda Constitucional n.º 22, na sessão conjunta das 19:45 dezenove horas e quarenta e cinco minutos de ontem, a matéria, pela mesma razão deixou de ser votada.

0,40pa R AOO.....

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto queiram ficar como se acham. (Pausa.). Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontra. (Pausa.). Aprovado.

Aprovada em ambas as Casas do Congresso Nacional, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Item 2:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei n.º 33, de 1982-CN, que cria o Registro Nacional de Transportes Rodoviários de Bens, fixa condições para o exercício da atividade e dá outras providências (incluído em Ordem do Dia nos termos da Emenda Constitucional n.º 22 — primeira sessão), tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 147, de 1982-CN, da Comissão Mista.

O Sr. Aírton Soares — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra a V. Ex.^a para uma questão de ordem.

O Sr. Airton Soares (PT-SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, provoco V. Ex.^a, com fundamento no art. 29, § 2.º, do Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — V. Ex.^a levanta uma questão de ordem e

eu a defiro. Na verdade, já não há número para deliberação.

A Presidência vai encerrar a sessão. Antes, porém, convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11:00 horas, neste plenário, destinada à discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Consti-

tuição n.º 50, de 1982, que revoga a alínea c do parágrafo único do art. 30 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 20 minutos.)